



Município de Capitão Leônidas Marques

Estado do Paraná

CNPJ 76.208.834/0001-59

Fone: (45) 3286-8400 - Site: www.capitaoleonidasmarques.pr.gov.br - E-mail: pmcalema@caplmarques.com.br

CEP: 85790-000 - AV: Tancredo Neves, 502 - Capitão Leônidas Marques - Paraná

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 013/2026.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES/PR (UASG: 987489)

OBJETO:

A presente licitação tem por objeto a aquisição de gêneros alimentícios de primeira necessidade, para composição de 950 (novecentos e cinquenta) unidades de cestas básicas eventuais, com a finalidade de atender famílias em situação de vulnerabilidade social que são atendidas pelo CRAS – Centro de Referência de Atendimento Social e cadastradas no CADUNICO, em conformidade com os critérios estabelecidos nas Leis Municipais nº 2059/2014 e nº 2.259/2017, em atendimento a solicitação nº 021/2026 da Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania e conforme especificações, quantidade estimada e condições estabelecidas no descritivo constante no Termo de Referência/Anexo I.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO:

R\$ 131.480,00 (cento e trinta e um mil, quatrocentos e oitenta reais).

DATA DA SESSÃO PÚBLICA:

Recebimento das propostas: até às **08:15 do dia 25.02.2026.**

Início da sessão de Disputa de Preços: **08:30 do dia 25.02.2026.**

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: *Menor preço por lote*

MODO DE DISPUTA: *Aberto*

EXCLUSIVA ME/EPP/EQUIPARADAS: *Não*

O Edital, com todos seus anexos, estará disponível gratuitamente nos endereços eletrônicos www.comprasgovernamentais.gov.br - Código UASG: 987489 – Capitão Leônidas Marques – Pr e [www.capitaoleonidasmarques.pr.gov.br \(transparência/licitação\)](http://www.capitaoleonidasmarques.pr.gov.br/transparencia/licitacao), ou em horário de expediente, no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal, sita à Av. Tancredo Neves, 502, Centro, também por e-mail licitacaoclm@hotmail.com.

ATENÇÃO

- **PREVALECERÁ** a descrição constante no **TERMO DE REFERÊNCIA** do Edital.

- Dúvida ou ainda para mais informações, estas poderão ser encaminhadas no e-mail acima e/ou telefone na CPL fones: 3286-8424/8407.

Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, em 06 de fevereiro de 2026.

Gean Carlos Barea Schneider
Pregoeiro



Município de Capitão Leônidas Marques

Estado do Paraná

CNPJ 76.208.834/0001-59

Fone: (45) 3286-8400 - Site: www.capitaoleonidasmarques.pr.gov.br - E-mail: pmcalema@caplmarques.com.br

CEP: 85790-000 - AV: Tancredo Neves, 502 - Capitão Leônidas Marques - Paraná

Sumário

1. DO OBJETO	03
2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO	03 e 04
3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA	05
4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA	05 e 06
5. ABERTURA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO, PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES	06 a 08
6. DA FASE DE JULGAMENTO	08 e 09
7. DA FASE DE HABILITAÇÃO	09 e 10
8. DOS RECURSOS	10 e 11
9. DA PROPOSTA AJUSTADA E ENVIO DE DOC. COMP. DE HABILITAÇÃO	11
10. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES	11
11. DO ENCAMINHAMENTO DA DOCUMENTAÇÃO ORIGINAL	11 e 12
12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	12
13. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA	12
14. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO	12 e 13
15. CONDIÇÕES PAGTO, REAJUSTE, REEQUILIBRIO, FORNECIMENTO E FISCALIZAÇÃO	13
16. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	13
17. CONDIÇÕES DE ASSINATURA, PRAZO/VIGENCIA/RESCISÃO CONTRATUAL	13
18. DAS CAUSAS DE EXTINÇÃO E RESCISÃO DO CONTRATO	13
19. DA REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO.....	13 e 14
20. DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO	14
21. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	14
22. TERMO DE REFERÊNCIA (Anexo I)	15 a 23
23. ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP (Apêndice do Anexo I)	24 a 30
24. MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL (ANEXO II)	31
25. DECLARAÇÕES UNIFICADAS (ANEXO III)	32
26. DECLARAÇÃO CONTENDO INFORMAÇÕES PARA FINS DE ASSINATURA DO CONTRATO.....	33
27. MINUTA DE CONTRATO (ANEXO V)	34 a 39



Município de Capitão Leônidas Marques

Estado do Paraná

CNPJ 76.208.834/0001-59

Fone: (45) 3286-8400 - Site: www.capitaoleonidasmarques.pr.gov.br - E-mail: pmcalema@caplmarques.com.br

CEP: 85790-000 - AV: Tancredo Neves, 502 - Capitão Leônidas Marques - Paraná

EDITAL

MUNICÍPIO DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES/PR (UASG: 987489)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 013/2026.

Processo Administrativo Nº 020/2026.

Solicitação Nº 021/2026.

Torna-se público que o **MUNICÍPIO DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES**, Estado do Paraná, através do Departamento de Licitações e Contratos, por intermédio do Pregoeiro designado pelo **Decreto nº 001 de 08.01.2026**, com sede Administrativa na Av. Tancredo Neves, 502, realizará licitação, na MODALIDADE PREGÃO, na FORMA ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto Municipal nº 385 de 11 de dezembro de 2023 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Recebimento das propostas: até às **08:15 do dia 25.02.2026**.

Início da sessão de Disputa de Preços: **08:30 do dia 25.02.2026**.

VALOR TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO:

R\$ 131.480,00 (cento e trinta e um mil, quatrocentos e oitenta reais).

Observação: Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente de caráter público, que impeça a realização do Pregão na data acima marcada, a data de abertura da licitação será prorrogada no Comprasnet, sendo publicado o aviso de prorrogação, no sítio eletrônico utilizado para divulgação e também no Diário Oficial do Município.

1.DO OBJETO

1.1.A presente licitação tem por objeto a aquisição de gêneros alimentícios de primeira necessidade, para composição de 950 (novecentos e cinquenta) unidades de cestas básicas eventuais, com a finalidade de atender famílias em situação de vulnerabilidade social que são atendidas pelo CRAS – Centro de Referência de Atendimento Social e cadastradas no CADUNICO, em conformidade com os critérios estabelecidos nas Leis Municipais nº 2059/2014 e nº 2.259/2017, em atendimento a solicitação nº 021/2026 da Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania e conforme especificações, quantidade estimada e condições estabelecidas no descritivo constante no Termo de Referência/Anexo I.

1.2.O critério de julgamento será o de **MENOR PREÇO POR LOTE**, observada às especificações constantes do Anexo I e demais condições definidas neste Edital.

1.2.1.Da justificativa: A opção pela realização da aquisição em lote único tem por finalidade assegurar a padronização da composição das cestas básicas, garantindo que todos os kits sejam formados por produtos de qualidade equivalente, em conformidade com as especificações técnicas estabelecidas, de modo a promover tratamento isonômico entre todos os beneficiários do Benefício Eventual – Auxílio Alimentação.

1.2.2.Além disso, a contratação em lote único proporciona maior eficiência operacional e logística, ao concentrar o fornecimento em um único contratado, o que facilita o controle, o acompanhamento e a fiscalização das entregas, reduzindo riscos de divergência na composição dos itens, atrasos ou incompatibilidades de qualidade entre fornecedores distintos.

1.2.3.Ressalta-se, ainda, que o agrupamento dos itens em lote único não restringe a competitividade, uma vez que o objeto consiste em bens comuns, amplamente disponíveis no mercado, e contribui para a celeridade na execução contratual, bem como para a otimização dos recursos administrativos, atendendo aos princípios da eficiência, economicidade e do interesse público, conforme preconiza a Lei nº 14.133/2021.

1.3.Na proposta deverá constar o objeto de forma integral, sob pena de desclassificação da proponente.

1.4.*Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descrito no Compras Governamentais e as especificações constantes deste Edital, prevalecerão as últimas.*

2.DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1.Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

2.1.1.Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.2.O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.



2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5. É vedado a qualquer credenciado representar mais de uma empresa proponente, salvo, nos casos de representação para itens distintos.

2.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas, empresas de pequeno porte e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#) e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

2.7. Não poderão disputar esta licitação:

I - aquele que não atenda às condições deste Edital e seu (s) anexo (s);

II - autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

III - empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

IV - pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

V - aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

VI - empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

VII - pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

VIII - agente público do órgão ou entidade licitante;

IX - Pessoas jurídicas reunidas em consórcio:

IX.1. Justifica-se a não admissão de empresas consorciadas no presente certame, considerando que não é vantajoso para a Administração Pública contratar empresas em regime de consórcio, tendo em vista que estas empresas passariam a ter responsabilidade solidária no que concerne às obrigações trabalhistas e previdenciárias, o que traria riscos para a contratação, podendo gerar graves repercussões para o cumprimento do contrato celebrado com o Município, caso tal empresa, de repente, tivesse os seus valores financeiros bloqueados pela Justiça, para fins de pagamento de dívidas. A vedação quanto à participação de consórcio de empresas no presente procedimento licitatório não limitará a competitividade, haja vista a gama enorme de pessoas jurídicas do ramo, objeto da contratação, que poderão concorrer no presente certame.

X - Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

XI - Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

XII - O impedimento de que trata o item IV será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

XIII - A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens II e III, poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

XIV - Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

XV - O disposto nos itens II e III, não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

XVI - Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

XVII - A vedação de que trata o item VIII, estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

XVIII - Sociedades cooperativas:

XVIII.1. Justifica-se a não admissão de empresas cooperativas no presente certame, conforme segue:

XVIII.2. Acerca das Cooperativas por sua vez atestamos que permitir a participação das mesmas representaria desrespeitar o Princípio Constitucional da Eficiência, previsto no Artigo 37 da Constituição Federal de 1988, considerando que todo e qualquer procedimento referente ao contrato, aos aditivos e pagamentos necessitariam obrigatoriamente da assinatura, e consequente anuência, de todos os cooperados dificultando, ou até impossibilitando, a célere execução do objeto pretendido.



3.DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1.Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.2.Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.3.No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.3.1.está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.3.2.não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

3.3.3.não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

3.3.4.cumprir as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.4.O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte, deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

3.4.1.No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item.

3.4.2.Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.

3.5.A falsidade da declaração de que trata os itens 3.4 ou 3.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

3.6.Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.7.Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.8.Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.9.Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.9.1.a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

3.9.2.os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.10.O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

3.10.1.valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço.

3.11.O valor final mínimo parametrizado na forma do item 3.10 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.12.Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.13.O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4.DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1.O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

✓ I - **Discriminação detalhada do objeto, atendendo as características arroladas, bem como Marca/Modelo (se houver);**

I.1. Havendo qualquer discordância entre a descrição do CATMAT e a do Edital, prevalecerá a descrição constante



no Termo de Referência/Anexo I.

- ✓ II - Prazo de validade da Proposta, contados da data da abertura do Processo;
- ✓ III - Preço para fornecimento do objeto da presente licitação (unitário e total);
- ✓ IV – Prazo da entrega;
- ✓ V – Data, assinatura (s).

4.1.1. Lembretes importantes:

1º - Ao anexar sua proposta no sistema eletrônico, o licitante deverá informar seus dados (esta será analisada após a fase de lances), porém quando for lançar sua proposta que irá para análise antecedendo a fase de lances, não poderá ter dados que identifique o licitante sob pena de desclassificação.

4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.6. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos.

4.7. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

4.8. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas;

4.9. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelos Tribunais de Contas do Paraná e da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobre preço na execução do contrato.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

5.3. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.3.1. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

5.3.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

5.3.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

5.4. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

5.4.1. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

5.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.6. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

5.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.8. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.



Município de Capitão Leônidas Marques

Estado do Paraná

CNPJ 76.208.834/0001-59

Fone: (45) 3286-8400 - Site: www.capitaoleonidasmarques.pr.gov.br - E-mail: pmcalema@caplmarques.com.br

CEP: 85790-000 - AV: Tancredo Neves, 502 - Capitão Leônidas Marques - Paraná

5.9.O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$0,02 (dois centavos)** para os itens nº 5, 6, 8, 9 e 10; e de **R\$0,10 (dez centavos)** para os itens nº 1, 2, 3, 4 e 7.

5.10.O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

5.11.O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

5.12.Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

5.12.1.A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.12.2.A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.12.3.Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

5.12.4.Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

5.12.5.Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

5.13.Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.14.Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.15.Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.16.No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.17.Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.17.1.Na hipótese do subitem anterior, a ocorrência será registrada em campo próprio do sistema.

5.18.Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.19.Em relação a **itens não exclusivos** para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

5.19.1.Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.19.2.A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.19.3.Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.19.4.No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.20.Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.20.1.Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

5.20.1.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.20.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;



5.20.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.20.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.20.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.20.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

5.20.2.2. empresas brasileiras;

5.20.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.20.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 2009.

5.21. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.21.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.21.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.22.2.1. Durante a fase de negociação, o licitante deverá participar efetivamente, lembrando da importância de suas respostas via chat, quando solicitadas, visto que, caso não se manifeste após dar lances para o referido item, nada poderá pleitear a seu favor, e, considerando também que devido ao seu lance, assim considerado último, foi interrompida/impedida a sequência de lances pelos demais participantes, que poderia incorrer em proposta mais vantajosa para a administração.

5.22.2.2. O tempo para manifestação no chat, e/ou intenção de propor novo valor, será de no máximo 05 (cinco) minutos da convocação.

5.21.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

5.21.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, **no prazo de 2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.21.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.22. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA FASE DE JULGAMENTO

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 2.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) Sicaf;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

6.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3, de 2018, art. 29, caput)

6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3, de 2018, art. 29, §1º).

6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3, de 2018, art. 29, §2º)

6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.4. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

6.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 2.6. e 3.5 deste edital.

6.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste



Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN Seges nº 73, de 2022.

6.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

- 6.7.1. conter vícios insanáveis;
- 6.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- 6.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 6.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 6.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.8. No caso de bens e serviços em geral, o indício de inexequibilidade das propostas só será considerado após diligência do pregoeiro, que comprove:

- 6.8.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- 6.8.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

6.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

6.9.1. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

6.9.2. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

6.9.3. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

6.9.3.1. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

6.9.4. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

6.9.5. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

6.9.6. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

6.10. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

6.10.1. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

6.10.2. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

6.10.3. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

6.10.4. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1. Os documentos previstos no **Termo de Referência**, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, **serão exigidos para fins de habilitação**, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicafe.

7.1.1.1. Solicitamos que **seja anexada a documentação** relativa à **REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA**, embora conste do SICAF, para efeitos de celeridade ao processo, visto que são de suma importância quando da digitalização e importação para o portal da transparência.

7.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

7.2.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

7.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

7.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.



7.5. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, conforme modelo, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133, de 2021).

7.6. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.7. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.8. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

7.8.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3, de 2018, art. 4º, § 1º, e art. 6º, § 4º).

7.9. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3, de 2018, art. 7º, caput).

7.10. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.10.1. **Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de duas horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.**

7.11. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

7.11.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

7.12. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73, de 2022, art. 39, § 4º):

7.12.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

7.12.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

7.13. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.14. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 7.10.1.

7.15. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.16. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação. (art. 4º do Decreto nº 8.538, de 2015)

8. DOS RECURSOS

8.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

8.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

8.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

8.3.2. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

8.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

8.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão



no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

8.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

8.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

8.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

8.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, que deverão solicitar por meio do endereço eletrônico: licitacaorecursos@caplmarques.com.br

9. DA PROPOSTA AJUSTADA E ENVIO DE DOCUMENTOS COMPLEMENTARES DE HABILITAÇÃO

9.1. Encerrada a etapa de lances, o pregoeiro convocará o licitante detentor da melhor oferta, item a item ou um item por licitante, para que este anexe no sistema COMPRASNET, a **PROPOSTA DE PREÇOS AJUSTADA**, em conformidade com o último lance ofertado, **no prazo máximo de 02 (duas) horas a contar da solicitação**. Para tanto, o pregoeiro fará uso de a ferramenta “CONVOCAR ANEXO”, devendo o licitante anexar o documento utilizando o link “ANEXAR” disponível apenas para o licitante/vencedor.

9.1.1. Em caso de impossibilidade de atendimento ao prazo, o licitante deverá solicitar, **dentro do prazo estipulado**, via chat ou e-mail, prorrogação do mesmo.

9.1.2. Em caso de indisponibilidade do sistema, será aceito o envio da proposta ajustada por meio dos e-mails: licitacaoclm@hotmail.com e/ou compras@caplmarques.com.br. Após o envio do e-mail, o responsável pelo envio deverá entrar em contato com o pregoeiro para confirmar o recebimento do e-mail e do seu conteúdo (45-3286-8407). O pregoeiro não se responsabilizará por e-mails que, por qualquer motivo, não forem recebidos em virtude de problemas no servidor ou navegador, tanto do Município de Capitão Leônidas Marques - Pr quanto do emissor.

9.1.3. A proposta deverá conter, além dos dados da proponente (CNPJ, inscrição estadual, endereço completo, telefone p/ contato, e-mail, conta corrente jurídica), as seguintes informações:

- ✓ **I - Discriminação detalhada do objeto, atendendo as características arroladas, bem como Marca/Modelo(se houver);**
 - ✓ **I.1. Havendo qualquer discordância entre a descrição do CATMAT e a do Edital, prevalecerá a descrição constante no Termo de Referência/Anexo I.**
- ✓ **II - Preço unitário e total, READEQUADO AO ÚLTIMO LANCE, com até duas casas decimais (0,00).**
- ✓ **III - Prazo de fornecimento;**
- ✓ **IV - Prazo de validade da proposta;**
- ✓ **V - Data e assinatura (s).**

9.1.4. O preço proposto deverá ser expresso em moeda corrente nacional (Real), **com até duas casas decimais (0,00).**

9.2. A fim de aplicar o princípio da isonomia entre as licitantes, após transcorrido o prazo de 02 (duas) horas, não serão considerados, para fins de análise, sob qualquer alegação, o envio da Proposta de Preço, sendo realizado, pelo pregoeiro, o registro da não aceitação da proposta.

9.3. O Município de Capitão Leônidas Marques poderá solicitar ao licitante a prorrogação do prazo de validade da PROPOSTA por até 30 (trinta) dias. Neste caso, tanto a solicitação quanto a aceitação serão formuladas por escrito, sendo facultado ao licitante recusar ou aceitar o pedido; entretanto, no caso de concordância, a PROPOSTA não poderá ser modificada.

9.4. Havendo a necessidade de envio de **documentos de habilitação complementares**, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, **no prazo de 02 (duas) horas**, sob pena de inabilitação.

9.5. É facultado o pregoeiro ou à autoridade competente, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, **vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar do processo desde a realização da sessão pública.**

10. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. O descumprimento de quaisquer das cláusulas ou obrigações diretas ou indiretas decorrentes do edital e seus anexos poderá ensejar a aplicação das penalidades previstas nos artigos 155, 156 e 162 da Lei Federal nº 14.133/2021 ao Licitante/Contratado, conforme detalhadas no Termo de Referência/Anexo I deste edital.

11. DO ENCAMINHANDO DA DOCUMENTAÇÃO ORIGINAL

11.1. A documentação de habilitação, constante no termo de referência, **caso solicitada pelo pregoeiro**, deverá ser encaminhada em original ou cópias autenticadas, e a proposta original, deverão ser apresentadas no **prazo máximo de 02 (dois) dias úteis**, contados da solicitação do pregoeiro no sistema eletrônico, no seguinte endereço: Prefeitura Municipal, Av. Tancredo Neves, 502, Centro, Capitão Leônidas Marques-PR, aos cuidados do Departamento de Licitações e Contratos. O envelope contendo os documentos deve estar



lacrado e informar o nome da empresa ou empresário individual, número do CNPJ, número e ano do Pregão Eletrônico.

11.2. Também será aceito o envio por e-mail, nos seguintes endereços: licitacaoclm@hotmail.com e/ou compras@caplmarques.com.br. Após o envio do e-mail, o responsável pelo envio deverá entrar em contato com o pregoeiro para confirmar o recebimento do e-mail e do seu conteúdo (45-3286-8407). O pregoeiro não se responsabilizará por e-mails que, por qualquer motivo, não forem recebidos em virtude de problemas no servidor ou navegador, tanto do Município de Capitão Leônidas Marques - Pr quanto do emissor.

11.3. Consideradas cumpridas todas as exigências do edital quanto à apresentação da documentação de habilitação e proposta final pelo licitante classificado em primeiro lugar, o pregoeiro o declarará vencedor.

11.4. Ocorrendo a inabilitação, o pregoeiro convocará o autor do segundo menor lance para apresentar sua documentação de habilitação e, se necessário, observada a ordem crescente de preço, os autores dos demais lances, desde que atendam ao critério de aceitabilidade estabelecido pelo instrumento convocatório, ou poderá revogar a licitação.

11.5. Os documentos apresentados, **não deverão ser fotocopiados na forma frente e verso, preferencialmente**, tendo em vista que o processo será digitalizado posteriormente na íntegra, para disponibilização no Portal da Transparência.

12.DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

12.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

12.2. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo endereço eletrônico: compras@caplmarques.com.br E/OU licitacao recursos@caplmarques.com.br.

12.2.1. As impugnações ao Edital deverão ser dirigidas ao pregoeiro e protocolizadas em dias úteis, das 08h00 às 12h00 e das 13h30 às 17h30, na Av. Tancredo Neves, 502, Centro, Setor de protocolo, Capitão Leônidas Marques-PR, ou encaminhadas através de e-mail no endereço eletrônico: licitacao recursos@caplmarques.com.br

12.2.1.1. A impugnação deverá, obrigatoriamente, estar acompanhada de CPF ou RG, em se tratando de pessoa física, e de CNPJ, em se tratando de pessoa jurídica (por documento original ou cópia autenticada), bem como do respectivo ato constitutivo e procuração, na hipótese de procurador, que comprove que o signatário, efetivamente, representa e possui poderes de representação da impugnante.

12.2.2. Caberá ao Pregoeiro, ao agente de contratação, auxiliados pela equipe de apoio e comissão de contratação, e demais responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até 03 (três) dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.

12.2.3. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

12.3. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

12.3.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

12.4. Quando o acolhimento da impugnação implicar alteração do Edital capaz de afetar a formulação das propostas, será designada nova data para a realização deste PREGÃO.

13.DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

13.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

13.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

13.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

13.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

13.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat") ou e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

13.2.2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

14.DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

14.1. O pregoeiro, caso não haja recurso ao julgamento do certame, adjudicará o objeto à licitante vencedora cuja proposta for considerada mais vantajosa à administração pública.

14.2. Concluídos os trabalhos, o pregoeiro encaminhará o processo, devidamente instruído, à apreciação da Autoridade Competente, para expedição e publicação do ato homologatório.



14.3. Após decididos os recursos, quando houver, e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a Autoridade Competente adjudicará o objeto ao vencedor do certame e, em consequência, homologará a presente licitação.

15. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO, REAJUSTE E REEQUILÍRIO DE PREÇOS, FORMA DO FORNECIMENTO E FISCALIZAÇÃO

15.1. Estão descritas no Termo de Referência/Anexo I deste edital.

16. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

16.1. As despesas decorrentes da adjudicação do objeto deste Pregão correrão à conta dos recursos específicos consignados no orçamento da Prefeitura Municipal:

* **437 – 10.003.08.245.1031.2188.3.3.90.32.00.**

17. DAS CONDIÇÕES DE ASSINATURA, PRAZO/VIGÊNCIA DO CONTRATO E RESCISÃO CONTRATUAL

17.1. As obrigações decorrentes deste PREGÃO consubstanciar-se-ão no TERMO DE CONTRATO, cuja minuta consta como anexo V deste edital.

17.1.1. Decorridos 60 (sessenta) dias consecutivos da data da apresentação das propostas, sem a comunicação para a contratação, ficam os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

17.2. O Contrato Administrativo poderá ser encaminhado através de correio eletrônico, para o endereço de e-mail disponibilizado pelo licitante na fase de habilitação, competindo à Contratada a impressão e assinatura do instrumento em 02 (duas) vias, providenciando a devolução de uma via, contendo assinatura eletrônica válida ou o documento original no Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal, em até 05 (cinco) dias úteis, após atestado/acusado o seu recebimento.

17.2.1. O prazo para assinatura e devolução do contrato poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, desde que o pedido seja formulado pelo adjudicatário dentro do prazo original e devidamente justificado, ficando sua aceitação sujeita à análise da Administração.

17.2.2. A ausência de assinatura e devolução do contrato dentro do prazo estabelecido, sem motivo devidamente justificado e aceito pela Administração, poderá caracterizar recusa injustificada em contratar, ensejando aplicação das penalidades previstas no art. 155.

17.3. A via do instrumento destinada ao Contratado, devidamente assinada pelo Contratante, será disponibilizada no portal de transparência, na forma de item antecedente, ou para retirada na prefeitura municipal a partir do 05 (cinco) dias após o protocolo de entrega das vias originais previstas no item anterior.

17.4. Para a assinatura do contrato, está deverá ser assinada pelo representante legal da adjudicatária (diretor, sócio da empresa ou procurador), mediante apresentação do contrato social e procuração, na hipótese de nomeação de procurador, e cédula de identidade do representante.

17.5. A contratação objeto desta licitação será vigente por até 12 (doze) meses, a partir da data do Termo Contratual.

17.6. Eventual prorrogação de vigência será formalizada através de Termo de Aditivo Contratual, respeitadas as condições prescritas em lei.

18. DAS CAUSAS DE EXTINÇÃO E RESCISÃO DO CONTRATO

18.1. Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as situações previstas no Art. 137 da Lei nº 14.133 de 01 de Abril de 2021.

19. DA REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO

19.1. Fica assegurado ao Município de Capitão Leônidas Marques, o direito de revogar a licitação por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulá-la em virtude de vício insanável.

19.2. A declaração de nulidade de algum ato do procedimento somente resultará na nulidade dos atos que diretamente dele dependam.

19.3. Quando da declaração de nulidade de algum ato do procedimento, a autoridade competente indicará expressamente os atos a que ela se estende.

19.4. A nulidade do procedimento de licitação não gera obrigação de indenizar pela Administração.

19.5. A nulidade da contratação opera efeitos retroativamente, impedindo os efeitos jurídicos que o contrato, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir os já produzidos.

19.6. Nenhum ato será declarado nulo se do vício não resultar prejuízo ao interesse público ou aos demais interessados.

19.7. A revogação ou anulação será precedida de procedimento administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, e formalizada mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.



19.8.A autoridade competente para anular ou revogar a licitação é o Prefeito Municipal de Capitão Leônidas Marques - Pr.

20.DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

20.1.Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

20.2.Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

a)"prática corrupta": oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;

b)"prática fraudulenta": a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;

c)"prática conluída": esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;

d)"prática coercitiva": causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.

e)"prática obstrutiva": (I) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista acima; (I) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

21.DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

21.1.Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

21.2.Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

21.3.Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

21.4.A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

21.5.As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

21.6.Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

21.7.Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

21.8.O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

21.9.Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

21.10.O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no endereço eletrônico compras@caplmarques.com.br.

21.11.Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I	Termo de Referência
APENDICE DO ANEXO I	Estudo Técnico Preliminar
ANEXO II	Modelo Padrão de Proposta Comercial
ANEXO III	Modelo de Declarações Unificadas
ANEXO IV	Modelo Identificação do Licitante/Declaração de dados para assinaturas
ANEXO V	Minuta do Contrato

Capitão Leônidas Marques - Pr, 06 de fevereiro de 2026.

GEAN CARLOS BAREA SCHNEIDER
Pregoeiro



ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA – LEI 14.133/2021

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 013/2026.

Processo Administrativo Nº 020/2026.

Solicitação Nº 021/2026.

1. APRESENTAÇÃO

1.1. As especificações abordadas neste documento tem por objeto a aquisição de gêneros alimentícios de primeira necessidade, para composição de 950 (novecentos e cinquenta) unidades de cestas básicas eventuais, com a finalidade de atender famílias em situação de vulnerabilidade social que são atendidas pelo CRAS – Centro de Referência de Atendimento Social e cadastradas no CADUNICO, em conformidade com os critérios estabelecidos nas Leis Municipais nº 2059/2014 e nº 2.259/2017, em atendimento a solicitação nº 021/2026 da Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania e conforme especificações, quantidade estimada e condições estabelecidas no descritivo constante neste Termo de Referência/Anexo I.

ITEM	QUANT.	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	950	AÇÚCAR REFINADO - deverá ser fabricado de cana de açúcar livre de fermentação, isento de matéria terrosa, de parasitos e de detritos animais ou vegetais. Validade mínima de 3 meses da entrega. Embalagem de 5kg.	R\$ 21,38	R\$ 20.311,00
02	950	ARROZ PARBOILIZADO - tipo 1, longo, fino, constituídos de grãos inteiros isentos de sujidades, materiais estranho e mofos. Safra corrente e procedência nacional, embalagem plástica atóxica limpa não violados, resistentes que garantam a integridade do produto até o momento do consumo. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, informação nutricional, número do lote, data de validade, quantidade do produto. O produto deverá apresentar data de fabricação recente. Validade mínima de 3 meses da entrega. Embalagem de 5 kg.	R\$ 20,56	R\$ 19.532,00
03	950	CAFÉ EM PÓ - grão torrado e moído, aspecto, cheiro e sabor próprio, livre de fertilizantes, sujidades, parasitas/ larvas e detritos animais ou vegetais, acondicionados à vácuo, deve possuir selo de qualidade no mínimo na categoria tradicional ou superior emitido pela ABIC - Associação brasileira da indústria de café ou comprovação das características mínimas de qualidade exigidas para o café por meio de outra certificação reconhecida ou laudo de análise emitido por laboratório especializado. Validade mínima de 3 meses da entrega. Embalagem de 500 gramas.	R\$ 29,49	R\$ 28.015,50
04	950	FARINHA DE TRIGO - características: farinha de trigo tipo 1, com aspecto de pó fino, de cor branca, enriquecida com ferro e ácido fólico. Cada 100g deve fornecer, no mínimo, 4,2 mg de ferro e 150 mcg de ácido fólico obtido a partir de cereal limpo, desgerminado, isento de matéria prima terrosa, resíduos, bolor ou cheiro não característico e em perfeito estado de conservação. Embalagem deve estar intacta não poderá estar úmida, acondicionada em pacotes de 5kg. Deve apresentar rotulagem com registro no ministério da saúde prazo de validade: mínimo de 3 meses a partir da data da entrega. Embalagem de 5 kg	R\$ 18,01	R\$ 17.109,50
05	1.900	FEIJÃO PRETO - tipo 1, safra nova, grãos inteiros e sãos, aspecto brilhoso, liso, isento de material terroso, sujidades, pedras, fungos ou parasitas e mistura de outras variedades e espécies, embalagem em polipropileno atóxico, resistente, lacrado contendo 1 Kg com procedência nome do produto; grupo/classe/tipo de feijão; nome do produtor, localidade, registro e informação nutricional no rótulo. Prazo de validade mínimo de 3 meses, a contar a partir da data de entrega. Embalagem de 01 kg	R\$ 4,98 (Este item serão 2 unidades por cesta)	R\$ 9.462,00
06	950	FUBÁ – de primeira qualidade. Fubá mimoso de milho extra de primeira qualidade acondicionado em embalagem plástica. Integra, contendo a descrição das características do produto, com prazo de validade visível, 100% milho, enriquecido com ferro e ácido fólico (vitamina b9). Embalagem de 01 kg	R\$ 3,82	R\$ 3.629,00
07	950	LEITE EM PÓ INTEGRAL - em pacotes plásticos aluminizados, limpos não violados, resistentes, que garantam a integridade do produto	R\$ 16,73	R\$ 15.893,50



Município de Capitão Leônidas Marques

Estado do Paraná

CNPJ 76.208.834/0001-59

Fone: (45) 3286-8400 - Site: www.capitaoleonidasmarques.pr.gov.br - E-mail: pmcalema@caplmarques.com.br

CEP: 85790-000 - AV: Tancredo Neves, 502 - Capitão Leônidas Marques - Paraná

		até o momento do consumo. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, informação nutricional, número do lote, data de validade, quantidade do produto e número do registro. O produto deverá apresentar validade mínima de 3 meses a partir da data de entrega. Embalagem de 400 gramas		
08	950	MACARRÃO DE SÊMOLA - tipo espaguete, deverá ser fabricado a partir de matérias-primas são e limpas, isentas de matérias terrosas, parasitas/ larvas. Embalagem contendo material puro, sem mistura com outros tipos de macarrão, de material plástico (polietileno) atóxico. Validade mínima de 3 meses da entrega. Embalagem de 1 kg	R\$ 7,62	R\$ 7.239,00
09	950	ÓLEO DE SOJA REFINADO - Óleo de soja de primeira qualidade, 100% natural, comestível, extrato refinado, limpo. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, número de lote, data de fabricação e de validade e quantidade do produto. Validade mínima de 3 meses da entrega. Garrafa PET com 900ml.	R\$ 8,17	R\$ 7.761,50
10	950	SAL REFINADO - Iodado, deve constar na embalagem: composição, registro, peso líquido e prazo de validade mínima de 3 meses da entrega. Embalagem de 1 kg.	R\$ 2,66	R\$ 2.527,00
VALOR TOTAL ESTIMADO DAS CESTAS BÁSICAS:				R\$ 131.480,00

1.2. OBSERVAÇÃO: As cestas básicas deverão ser fornecidas em kits montados, devidamente embalados em fardos transparentes, resistentes e lacrados, de modo a garantir a integridade, higiene e segurança dos produtos. Todos os itens que compõem as cestas deverão ser entregues em embalagens originais de fábrica, íntegras, sem violação, avarias ou sinais de deterioração.

1.3. Cada cesta básica será composta, no mínimo, pelos itens abaixo descritos, observadas rigorosamente as quantidades, especificações técnicas, padrões de qualidade e prazos de validade estabelecidos. Cada kit de cesta básica deverá respeitar rigorosamente as quantidades e conter os produtos/gêneros alimentícios conforme descritos a seguir:

1.3.1. AÇÚCAR REFINADO:

Quantidade: 01 pacote de 5Kg

Especificações: Fabricado a partir de cana-de-açúcar, livre de fermentação, isento de matéria terrosa, parasitas e detritos de origem animal ou vegetal. Produto de primeira qualidade, com validade mínima de 03 (três) meses a contar da data da entrega.

1.3.2. ARROZ PARBOILIZADO:

Quantidade: 01 pacote de 5Kg

Especificações: Tipo 1, grãos longos e finos, inteiros, isentos de sujidades, materiais estranhos, mofo ou odores estranhos. Produto de safra corrente e procedência nacional. Embalagem Plástica atóxica, limpa, resistente, não violada, contendo identificação do produto, procedência, informações nutricionais, número do lote, data de fabricação e validade. Com validade mínima: 03 (três) meses a contar da data da entrega.

1.3.3. CAFÉ EM PÓ:

Quantidade: 01 pacote de 500 gramas

Especificações: Café torrado e moído, com aspecto, aroma e sabor característicos, livre de fertilizantes, sujidades, parasitas, larvas e detritos. Acondicionado a vácuo. Qualidade deverá possuir selo de qualidade da ABIC, categoria tradicional ou superior, ou comprovação equivalente por meio de certificação reconhecida ou laudo de análise emitido por laboratório especializado, com nota mínima de 4,5 pontos na escala sensorial. Validade mínima: 03 (três) meses a contar da data da entrega.

1.3.4. FARINHA DE TRIGO:

Quantidade: 01 pacote de 5Kg

Especificações: Tipo 1, aspecto de pó branco e fino, enriquecida com ferro e ácido fólico (mínimo de 4,2 mg de ferro e 150 mcg de ácido fólico por 100 g), obtida de cereal limpo e desgerminado. Isenta de umidade, resíduos, bolor ou odor estranho. Embalagem: Íntegra, com rotulagem e registro no Ministério da Saúde. Validade mínima: 03 (três) meses a contar da data da entrega.

1.3.5. FEIJÃO PRETO:

Quantidade: 02 pacotes de 1Kg

Especificações: Tipo 1, safra nova, grãos inteiros, são, brilhosos e lisos, isentos de impurezas, fungos, parasitas, pedras ou mistura de outras variedades. Embalagem: Polipropileno atóxico, resistente, lacrado, com identificação completa no rótulo. Validade mínima: 03 (três) meses a contar da data da entrega.

1.3.6. FUBÁ:

Quantidade: 01 pacote de 1Kg

Especificações: Fubá mimoso de milho, produto de primeira qualidade, composto 100% de milho, enriquecido com ferro e ácido fólico (vitamina B9). Embalagem: Plástica íntegra, com identificação e validade visível. Validade mínima: 03 (três) meses a contar da data da entrega.

1.3.7. LEITE EM PÓ INTEGRAL:

Quantidade: 01 pacote de 400 gramas

Especificações: Produto integral, acondicionado em embalagem plástica aluminizada, limpa, resistente e não violada. Embalagem: Com identificação, procedência, informações nutricionais, número do lote, registro e validade. Validade mínima: 03 (três) meses a contar da data da entrega.



1.3.8. MACARRÃO DE SÊMOLA:

Quantidade: 01 pacote de 1 Kg

Especificações: Tipo espaguete, produzido a partir de matérias-primas sãs e limpas, isento de impurezas, parasitas ou larvas.

Embalagem: Plástica atóxica, íntegra e lacrada. Validade mínima: 03 (três) meses a contar da data da entrega.

1.3.9. ÓLEO DE SOJA REFINADO:

Quantidade: 01 garrafa PET de 900 ml

Especificações: Produto refinado, 100% comestível, de primeira qualidade. Embalagem: Garrafa PET contendo identificação do produto, lote, data de fabricação, validade e quantidade. Validade mínima: 03 (três) meses a contar da data da entrega.

1.3.10. SAL REFINADO:

Quantidade: 01 pacote de 1 Kg

Especificações: Sal refinado iodado, conforme legislação sanitária vigente. Embalagem: Íntegra,

contendo composição, registro, peso líquido e prazo de validade. Validade mínima: 03 (três) meses a contar da data da entrega.

1.4. TOTAL MÁXIMO DO CERTAME: R\$ 131.480,00 (cento e trinta e um mil, quatrocentos e oitenta reais).

Obs.:

Caso haja dúvida ou ainda para mais informações, estas poderão ser encaminhadas por e-mail licitacaoclm@hotmail.com e/ou telefone na CPL fones: 3286-8424/8407.

Os valores constantes deste anexo, para os preços unitários, são os preços máximos por produto que serão admitidos nesta licitação.

Havendo qualquer discordância entre a descrição do CATMAT e a do Edital, **PREVALECERÁ** a descrição constante no Edital.

Será efetuada a análise respeitada a ordem de classificação.

Poderá ser solicitada amostra nos termos do item 6.10 do edital.

O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$0,02 (dois centavos)** para os itens nº 5, 6, 8, 9 e 10; e de **R\$0,10 (dez centavos)** para os itens nº 1, 2, 3, 4 e 7.

NA PROPOSTA DEVERÁ CONSTAR O OBJETO DE FORMA INTEGRAL, SOB PENA DE DESCLASSIFICAÇÃO DA PROPONENTE.

2. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

2.1. A presente contratação justifica-se em razão da principal demanda apresentada pelas famílias atendidas pelo Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) do Município, relacionada à concessão do Benefício Eventual – Auxílio Alimentação, regulamentado em conformidade com os critérios estabelecidos nas Leis Municipais nº 2.059/2014 e nº 2.259/2017, bem como pela Resolução nº 01/2018, de 26 de janeiro de 2018, do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS). Referido benefício assegura, de forma temporária e não contributiva, o fornecimento de auxílio alimentação, por meio de cestas básicas, com a finalidade de reduzir a vulnerabilidade social decorrente da insuficiência de condições socioeconômicas das famílias beneficiárias.

2.2. Verifica-se que parcela significativa das famílias acompanhadas pelo CRAS encontra-se privada de renda mínima para sua subsistência, vivenciando situações de insegurança alimentar e nutricional. Diante desse contexto, evidencia-se a necessidade da presente aquisição como instrumento essencial para amenizar o sofrimento enfrentado pela população em situação de vulnerabilidade, permitindo que a Administração Pública Municipal atue de forma efetiva no enfrentamento dessas situações, garantindo proteção social básica, segurança alimentar e dignidade às famílias atendidas.

2.3. A concessão do Benefício Eventual – Auxílio Alimentação caracteriza-se como medida emergencial e complementar às demais políticas públicas e programas de transferência de renda, não possuindo caráter continuado, sendo destinada ao atendimento de situações temporárias de vulnerabilidade, conforme avaliação e acompanhamento realizados pela equipe técnica do CRAS.

2.4. A ausência ou a insuficiência do fornecimento de cestas básicas comprometeria a capacidade do Município em atender às demandas emergenciais da política de assistência social, podendo ocasionar o agravamento das condições de vulnerabilidade das famílias atendidas, com impactos diretos na saúde, no bem-estar e na dignidade dos usuários dos serviços socioassistenciais.

2.5. A presente contratação encontra respaldo no interesse público e nas diretrizes do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), contribuindo para a efetivação dos princípios da dignidade da pessoa humana, da redução das desigualdades sociais e da garantia de direitos socioassistenciais.

2.6. Ademais, a aquisição das cestas básicas permitirá a continuidade dos atendimentos realizados pela Secretaria de Assistência Social e Cidadania, assegurando respostas céleres e eficazes às demandas identificadas, bem como o cumprimento das normativas legais e municipais vigentes.

3. FORMA DE FORNECIMENTO

3.1. Prazo de entrega:

3.1.1. As cestas básicas deverão ser entregues no prazo máximo de **05 (cinco) dias corridos**, contados a partir do envio da Autorização de Fornecimento, encaminhada pela Secretaria Municipal competente por meio do e-mail oficial



licitacaosemasclm@gmail.com.

3.1.2. As entregas poderão ocorrer em quantidades variáveis, conforme a demanda e a necessidade de atendimento às famílias assistidas, durante toda a vigência contratual de 12 (doze) meses.

3.2.Local e condições de entrega:

3.2.1. As cestas básicas deverão ser entregues conforme item 3.6 ou em caso de mudança do local da entrega será previamente indicado pela CONTRATANTE, devendo estar **devidamente acondicionadas em embalagens ou fardos resistentes**, adequados ao transporte e armazenamento, de modo a evitar a deterioração dos alimentos.

3.2.2. Os produtos deverão estar protegidos contra umidade, insetos, poeira e quaisquer agentes que comprometam sua qualidade, sem que isso gere qualquer ônus adicional à Administração Pública.

3.3.Prazo para substituição de bens rejeitados:

3.3.1. Na hipótese de rejeição total ou parcial dos produtos entregues, a CONTRATADA deverá providenciar a **substituição no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos**, contados da comunicação formal da rejeição.

3.4.Prazo de recebimento definitivo:

3.4.1. O recebimento definitivo do objeto ocorrerá no prazo de até **10 (dez) dias corridos**, contados da data da entrega, após verificação da conformidade dos produtos com as especificações previstas no Termo de Referência.

3.5.Prazo de pagamento:

3.5.1. O pagamento será efetuado em até **30 (trinta) dias**, contados a partir da apresentação da Nota Fiscal devidamente atestada pelo responsável do setor competente, já incluídos todos os tributos, encargos e demais despesas incidentes.

3.6.Local, horário e endereço de entrega:

Secretaria de Assistência Social e Cidadania, localizado na Avenida: Travessa José Magnabosco, 486, Centro, 85790-007, Capitão Leônidas Marques-Pr Horários: 8:00 às 11:30/13:30 às 17:00 horas.

4.ATRIBUIÇÕES GERAIS E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

4.1.Atender a todas as solicitações de fornecimento efetuadas durante a vigência do Contrato, observados os quantitativos máximos previstos para cada item;

4.2.Fornecer o objeto de acordo com as especificações constantes no Edital, em consonância com a proposta apresentada e com as normas legais vigentes, observando, especialmente:

4.2.1.Pontualidade na entrega: responsabilizar-se integralmente pela entrega dos produtos nos prazos e horários estabelecidos no Termo de Referência, devendo eventuais atrasos ser comunicados imediatamente à CONTRATANTE, acompanhados de justificativa formal e indicação das medidas corretivas adotadas;

4.2.2 Descarregamento adequado: realizar o descarregamento das cestas básicas no local designado pela CONTRATANTE, de forma eficiente e segura, assegurando a integridade das embalagens e dos produtos nelas contidos;

4.3.Responsabilizar-se pela boa execução, qualidade e eficiência no fornecimento do objeto contratado;

4.4.Reparar, corrigir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, os produtos em que se verifiquem danos decorrentes do transporte ou do fornecimento em desacordo com as especificações;

4.5.Providenciar a imediata correção das irregularidades ou deficiências apontadas pela CONTRATANTE quando da entrega dos produtos;

4.6.Apresentar, sempre que solicitado, documentos que comprovem a procedência dos produtos fornecidos, bem como amostras para análise da Administração, sem qualquer ônus adicional;

4.7.Não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto do Contrato;

4.8.Manter, durante toda a vigência do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento licitatório;

4.9.Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos, materiais ou pessoais, causados à Administração ou a terceiros, por seus empregados ou prepostos, decorrentes de imperícia, negligência, imprudência ou descumprimento das normas de segurança;

4.10.Arcar com todas as despesas decorrentes da execução do objeto contratado, inclusive aquelas de natureza previdenciária, fiscal, trabalhista, civil ou quaisquer outros encargos e emolumentos incidentes;

4.11.Ainda que não seja a fabricante da matéria-prima utilizada, responder integral e solidariamente pela qualidade e idoneidade dos produtos fornecidos, obrigando-se a substituí-los, às suas expensas, no todo ou em parte, quando constatados vícios, defeitos ou incorreções decorrentes da fabricação ou do transporte, inclusive mediante análise laboratorial;



4.12. Manter endereço eletrônico (e-mail) válido e ativo para fins de comunicação com a CONTRATANTE durante todo o período de vigência contratual, comunicando imediatamente qualquer alteração;

4.13. Responsabilizar-se integralmente pelo objeto contratado, observando rigorosamente a legislação vigente, as exigências contratuais, as especificações técnicas e demais disposições constantes no Termo de Referência;

4.14. Cumprir e fazer cumprir, quando aplicável, por seus empregados e prepostos, as normas e orientações da CONTRATANTE;

4.15. Acatar as determinações, orientações e observações expedidas pela fiscalização da CONTRATANTE relativas à execução do objeto;

4.16. Não transferir, no todo ou em parte, o objeto do contrato, salvo nas hipóteses expressamente previstas no instrumento convocatório;

4.17. Adotar, imediatamente após o recebimento da autorização para início da execução contratual, todas as providências necessárias ao cumprimento do avençado, comunicando tempestivamente qualquer fato que possa impedir ou comprometer o fornecimento;

4.18. Assumir inteira responsabilidade por todas as obrigações sociais, fundiárias, previdenciárias, tributárias ou de qualquer outra natureza, que decorram direta ou indiretamente do fornecimento do objeto contratado.

5. ATRIBUIÇÕES GERAIS E RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE

5.1. Promover o acompanhamento e a fiscalização da execução do fornecimento e/ou da prestação dos serviços, sob os aspectos qualitativo e quantitativo, registrando em documento próprio eventuais falhas identificadas e determinando a adoção das medidas corretivas necessárias;

5.2. Rejeitar, no todo ou em parte, o objeto entregue em desacordo com as especificações estabelecidas no Edital, no Termo de Referência e no Contrato;

5.3. Efetuar o pagamento à Contratada de acordo com as condições, prazos e forma de pagamento estipulados no instrumento convocatório e no Contrato;

5.4. Zelar para que, durante toda a vigência do Contrato, sejam cumpridas as obrigações assumidas pela Contratada, bem como mantidas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo licitatório;

5.5. Aplicar as sanções administrativas cabíveis, nos termos da legislação vigente, do Edital e do Contrato, quando constatadas irregularidades;

5.6. Prestar à Contratada as informações e os esclarecimentos necessários à adequada execução do objeto, sempre que solicitados;

5.7. Cumprir e fazer cumprir as demais condições, obrigações e disposições constantes do Edital de licitação, do Termo de Referência e do Contrato.

6. DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

6.1. O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses a partir da data do contrato na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.2. Eventual prorrogação de vigência será formalizada através de Termo de Aditivo Contratual, respeitadas as condições prescritas em lei.

6.3. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

7. DO CRITÉRIO DE REAJUSTE E REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO

7.1. Durante a vigência do Contrato, os valores registrados não serão reajustados.

7.1.1. Somente poderá haver reajuste após 12 (doze) meses da assinatura do contrato e /ou do último ajuste;

7.1.2. **No caso de haver prorrogação de prazo, após doze meses, o reajuste poderá ser efetuado de acordo com as variações do IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo.**

7.1.3. Compete a Contratada a iniciativa e o encargo do cálculo minucioso de cada reajuste a ser aprovado pela Contratante, juntando-se o respectivo memorial de cálculo do reajuste.

7.1.4. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor, e que possa ser aplicado ao objeto.

7.2. Para o restabelecimento da equação, deve a Contratada DEMONSTRAR a ocorrência das hipóteses que condicionam o pedido de ajuste, mediante protocolo, acompanhado de documentação idônea.



Município de Capitão Leônidas Marques

Estado do Paraná

CNPJ 76.208.834/0001-59

Fone: (45) 3286-8400 - Site: www.capitaoleonidasmarques.pr.gov.br - E-mail: pmcalema@caplmarques.com.br

CEP: 85790-000 - AV: Tancredo Neves, 502 - Capitão Leônidas Marques - Paraná

7.2.1. Não será liberado reequilíbrio econômico financeiro decorrentes de inflação, que não configurem área econômica extraordinária, **tampouco fato previsível**.

7.2.2. Os pedidos de reequilíbrio econômico financeiro de valores deverão ser encaminhados no e-mail compras@caplmarques.com.br.

7.2.3. Os valores recompostos somente serão repassados após a assinatura, devolução do Termo assinado (conforme o caso) e publicação do Termo de Aditamento.

8. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

8.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

8.2. A Secretaria de Assistência Social e Cidadania irá acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e as obrigações da contratada, aos quais competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato.

8.3. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade do contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade no serviço prestado.

8.4. Fica designada como Fiscal do Contrato, Ana Paula Neves Capeleti, que irá acompanhar ou fiscalizar a execução do Contrato e as obrigações da Contratada, e poderá solicitar correção de eventuais falhas ou irregularidades que forem verificadas, as quais, deverão ser sanadas no prazo estipulado, sob pena de comunicação oficial à CONTRATADA, para aplicação das penalidades previstas.

8.5. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

8.6. Durante a vigência, esta contratação terá como gestor do contrato, Paula de Borba Julião, Secretária de Assistência Social e Cidadania, à qual compete administrar todo o contrato desde a sua assinatura até o encerramento com a entrega dos serviços e devido pagamento.

8.7. Gestor:

Nome: Paula de Borba Julião
Cargo: Secretária de Assistência Social e Cidadania
Matrícula: 124327-1
E-mail: semas.clm@hotmail.com

8.8. Fiscal:

Nome: Ana Paula Neves Capeleti
Cargo: Agente de Administração
Matrícula: 124301-1
E-mail: licitacaoemascmlm@gmail.com

9. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO, COMPENSAÇÃO E PENALIZAÇÃO

9.1. O Município de Capitão Leônidas Marques-PR, se compromete a efetuar o pagamento, mensal, em até 30 (trinta) dias da apresentação de nota fiscal no Departamento de Compras Municipal, identificada com o número da licitação e do contrato de fornecimento através de depósito bancário (Conta Jurídica).

A nota fiscal, deverá estar acompanhada das certidões negativas do FGTS, Trabalhista, Municipal e Federal "Unificada", devidamente válidas, para que seja efetuado o pagamento;

A Nota Fiscal deverá ser emitida em nome do Município de Capitão Leônidas Marques, inscrito no CNPJ sob o n.º 76.208.834/0001-59, com sede no Paço Municipal Arnaldo F. Busato, situado na Av. Tancredo Neves, 502, Centro.

A Contratada deverá encaminhar junto à Nota Fiscal ou Fatura, documento informando a Agência Bancária e o número da Conta jurídica a ser depositado o pagamento. Não será aceita a emissão de boletos bancários para efetuar o pagamento das Notas Fiscais e/ou Faturas.

A nota fiscal deverá ser enviada física e por e-mail (compras2@caplmarques.com.br).

9.1.1. A Retenção do Imposto de Renda ocorrerá na fonte, conforme NATUREZA DO BEM FORNECIDO OU DO SERVIÇO PRESTADO em atendimento a L.N nº 1234/2012 e L.N 2145/2023 e demais informações e obrigações instituídas por atos normativos – RFB- Receita Federal do Brasil (Art. 4º do Decreto 271/2023 de 31.08/2023);

9.1.2. Os prestadores de serviços e fornecedores de bens deverão emitir os documentos fiscais em observância as regras dispostas na Instrução Normativa nº 1.234, de 2012 e suas alterações, da Receita Federal do Brasil, destacando o valor a ser retido, a título de informação, sob pena de não aceitação do documento apresentado (Art. 3º do Decreto 271/2023 de 31.08/2023);

§ 1º - Documentos fiscais que não estiverem em conformidade com disposto na Instrução Normativa nº 1.234 de 11 de janeiro de 2012 e alterações, serão notificados, não ocorrendo as devidas correções, fica autorizado a retenção automática, com base nos anexos que integram a L.N 1234/2012 e alterações.



9.1.3. **As pessoas jurídicas não sujeitas as retenções** conforme artigo 4º da Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, alterada pela Instrução Normativa RFB nº 2145/2023 e demais Instruções complementares da RFB **deverão informar conforme os critérios de enquadramentos. (Art. 2º do Decreto 271/2023 de 31.08/2023)**

9.1.4. O pagamento efetuado não isentará o fornecedor das responsabilidades decorrentes do fornecimento.

9.2. Caso a empresa contratada seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições (SIMPLES), instituído pela Lei nº 9.317/96, deverá apresentar cópia autenticada do “Termo de Opção pelo Simples”, juntamente com a nota fiscal ou fatura. Não sendo optante, será efetuada a retenção na forma da Instrução Normativa Conjunta SRF/STN/SFC nº 23, de 02/03/2001.

9.3. Havendo atraso de pagamento dos créditos resultantes da prestação dos serviços, será acrescido ao valor da respectiva Nota Fiscal, o equivalente 0,1% (zero um por cento) por dia útil de atraso.

10. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. O descumprimento de quaisquer das cláusulas ou obrigações diretas ou indiretas decorrentes do edital e seus anexos poderá ensejar a aplicação das penalidades previstas nos artigos 155, 156 e 162 da Lei Federal nº 14.133/2021 ao Licitante/Contratado.

10.1.1. Em caso de multa: A sanção será 20% (vinte por cento) do valor do contrato e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei 14.133/21.

10.1.2. Quanto à suspensão temporária ou impedimento de licitar previsto acima será a seguinte:

- A sanção será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 da Lei 14.133/21, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

10.1.3. A Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar acima será a seguinte: - A sanção será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei 14.133/21, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º do art. 156 da referida lei, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

11. DA HABILITAÇÃO

11.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

11.1.1. **SICAF.**

11.1.2. Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>)

11.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

11.3. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

11.4. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos Artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

11.5. A documentação relativa à **HABILITAÇÃO JURÍDICA** consistirá em:

11.5.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

11.5.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldomicroempreendedor.gov.br;

11.5.3. Em caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

11.5.4. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser a participante sucursal, filial ou agência;

11.5.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

11.5.6. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

11.5.7. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

11.6. A documentação relativa à **QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA** consistirá em:

11.6.1. Certidão negativa de Falências e Concordatas, expedida pelo (s) cartório (s) distribuidor (es) do local da sede da proponente, há menos de 60 (sessenta) dias da data marcada para o recebimento dos envelopes.



11.7.A documentação relativa à **REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA** consistirá em:

11.7.1.*Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;*

11.7.2.*Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.*

11.7.3.*Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;*

11.7.4.*Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante.*

11.7.5.*Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho (CNDT), mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;*

11.7.6.*Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);*

11.7.7.*Prova de Inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;*

11.7.8.*Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Estadual do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;*

11.7.9.caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

11.7.9.a Em se tratando de microempresa, empresa de pequeno porte, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, desde que atendidos os demais requisitos do Edital, a(s) empresa(s) nesta condição será(ão) declarada(s) habilitada(s) sob condição de regularização da documentação no prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual prazo, a contar do momento em que for declarado vencedor do certame, para regularização da documentação, para pagamento ou parcelamento do débito e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

11.7.9.b A não regularização da documentação no prazo estipulado implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções cabíveis.

11.8.**Deverá apresentar ainda:**

11.8.1.**DECLARAÇÕES UNIFICADAS**, conforme modelo. (ANEXO IV);

11.8.2.**IDENTIFICAÇÃO DO LICITANTE**, conforme modelo. (ANEXO V);

11.9.**ATENÇÃO:** O cadastro no SICAF, abrangente dos níveis indicados no art. 6º da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 3, de 26 abril de 2018, **NÃO SUBSTITUI** os documentos exigidos no item 11.8.1.

11.9.1.**Neste caso anexar (IMPORTANTE):**

*** Comprovante de situação cadastral junto ao SICAF – Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (DECLARAÇÃO-SICAF, onde constam os documentos e suas validades registrados);**

A habilitação dos Licitantes será comprovada por meio de prévia e regular inscrição cadastral no SICAF, desde que os documentos comprobatórios estejam validados e atualizados.

*** DECLARAÇÕES UNIFICADAS.**

11.10.**Solicitamos que seja anexada a** documentação relativa à REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA, embora conste do SICAF, para efeitos de celeridade ao processo, visto que são de suma importância quando da digitalização e importação para o portal da transparência.

11.11.Na hipótese dos documentos se encontrarem vencidos no referido sistema (SICAF), o licitante convocado deverá encaminhar, juntamente com os demais, o documento válido que comprove o atendimento das exigências deste Edital, sob pena de inabilitação, ressalvando o disposto quanto à comprovação da regularidade fiscal das microempresas ou empresas de pequeno porte, conforme disposto na Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014.

11.12.Também poderão ser consultados os sítios oficiais emissores de certidões de regularidade fiscal e trabalhista, especialmente quando o licitante esteja com alguma documentação vencida junto ao SICAF.

11.13.Os documentos de que tratam os subitens anteriores serão analisados pelo pregoeiro e sua Equipe de Apoio quanto a sua conformidade com o solicitado neste Edital.

11.14.No julgamento da habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

11.15.O não atendimento das exigências constantes do item 08 deste Termo de Referência implicará a inabilitação do licitante.



Município de Capitão Leônidas Marques

Estado do Paraná

CNPJ 76.208.834/0001-59

Fone: (45) 3286-8400 - Site: www.capitaoleonidasmarques.pr.gov.br - E-mail: pmcalema@caplmarques.com.br

CEP: 85790-000 - AV: Tancredo Neves, 502 - Capitão Leônidas Marques - Paraná

11.16. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

11.17. Aos documentos sem validade expressa, considerar-se-á 60 (SESSENTA) DIAS da data de sua emissão.

11.18. Serão aceitas as certidões obtidas pela Internet, dentro do prazo de validade, sujeitando-se às verificações, caso necessário.

11.19. Serão aceitas as certidões positivas com efeitos de negativa.

12. AMOSTRAS - Conforme previsto no item 6.10 do edital

12.1. Abaixo a descrição de como será feita a avaliação das amostras, **QUANDO** solicitada:

1º - A licitante classificada em 1º lugar para o objeto do presente Pregão deverá apresentar 1 (uma) amostra de cada item, em até 5 (cinco) dias úteis a contar da sessão e que for apurada a classificação.

2º - A análise e avaliação será realizada por profissional competente, da área específica ao objeto em consideração, e/ou comissão previamente designada através de Portaria.

3º - Caso a amostra seja reprovada, será convocado segundo colocado para entregar amostras, a qual terá o mesmo prazo a partir do envio do comunicado por e-mail ou da própria sessão se presente e, assim sucessivamente até obter amostras aprovadas.

4º - A não apresentação da(s) amostra(s) acarretará na desclassificação da empresa para o(s) respectivo(s) item(ns).

5º - As amostras deverão estar identificadas com a descrição do item, nº do item, objeto e data da licitação, número do pregão, nome da empresa e telefone. Após a entrega será emitido documento de comprovação de recebimento da amostra para o licitante. As marcas dos produtos apresentados nas amostras deverão ser as mesmas fornecidas durante a vigência do contrato.

6º - As amostras deverão ser entregues na Prefeitura Municipal de Capitão Leônidas Marques, sita à Av. Tancredo Neves, 502, Centro, aos cuidados do Departamento de Compras.

7º - As amostras serão analisadas quanto à qualidade do produto, especificações nos termos no edital, compatibilidade, durabilidade, verificação se o produto atende com eficácia ao fim a que se destina.

8º - A análise das amostras da(s) licitante(s) classificada(s) será realizada em até 5 (cinco) dias e será emitido laudo circunstanciado das mesmas de acordo com a situação.

9º - Caso algum produto apresentado pela(s) licitante(s) classificada(s) no certame como amostra seja reprovado, independentemente do motivo apurado no laudo técnico, não será admitida nova análise em outros produtos, em substituição ao produto reprovado, salvo culpa da administração.

10º - A amostra que obtiver aprovação e for à vencedora do item permanecerá no Departamento de Compras, até que as primeiras entregas do bem pelo licitante sejam realizadas, a fim de ser com esta comparada.

11º - As amostras rejeitadas deverão ser **RETIRADAS** no prazo máximo de 30 dias, contados da publicação do Contrato. Caso contrário, serão descartadas.

12º - Os licitantes serão avisados do resultado da análise das amostras através do "chat" do Comprasnet, o laudo quando emitido será disponibilizado no site da Prefeitura Municipal de Cap. L. Marques, no Portal da Transparência, e, será publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná-AMP para ciência de todos os interessados.

13. CONSIDERAÇÕES

13.1. O não cumprimento dos termos deste edital, em qualquer de suas cláusulas, implica na declaração da empresa como inidônea, e lançamento na lista de impedidos de licitar do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

13.2. É vedado à contratada subcontratar total ou parcialmente o fornecimento objeto deste edital, sem previa e expressa anuência do Contratante.



Apêndice do Anexo I

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 013/2026.

Processo Administrativo Nº 020/2026.

Solicitação Nº 021/2026.

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR PARA AQUISIÇÃO/CONTRATAÇÃO

1. INFORMAÇÕES GERAIS

Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO:	002/2026
ÁREA REQUISITANTE:	Secretaria de Assistência Social e Cidadania
OBJETO:	A presente solicitação tem como objeto a aquisição de gêneros alimentícios de primeira necessidade, conforme especificados neste Termo de Referência, serão adquiridas 950 (novecentos e cinquenta) unidades de Cestas básicas eventuais, com a finalidade de atender famílias em situação de vulnerabilidade social que são atendidas pelo CRAS – Centro de Referência de Atendimento Social e cadastradas no CADUNICO, em conformidade com os critérios estabelecidos nas Leis Municipais n.º 2059/2014 e n.º 2.259/2017.

2. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

2.1. A presente contratação, está contemplada no Plano Anual de Contratações publicado mediante o decreto municipal nº 474 de 29 de dezembro de 2025, desse modo encontra respaldo legal e orçamentário.

As metas e objetivos que justificam esta contratação estão devidamente previstos no Plano Plurianual (PPA) e na Lei Orçamentária Anual (LOA) deste município.

3. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

3.1. Destaca-se que a principal demanda apresentada pelas famílias atendidas pelo Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) do Município de Capitão Leônidas Marques refere-se à concessão do **Benefício Eventual – Auxílio Alimentação**, regulamentado pelas **Leis Municipais nº 2.059/2014 e nº 2.259/2017**, o qual assegura o fornecimento de auxílio alimentação, por meio de cestas básicas, de forma temporária, eventual e não contributiva, com a finalidade de reduzir a vulnerabilidade social decorrente da insuficiência ou ausência de condições socioeconômicas das famílias beneficiárias.

3.2. Verifica-se que muitas das famílias acompanhadas pelo CRAS encontram-se privadas de renda mínima para sua subsistência, vivenciando situações de insegurança alimentar e nutricional. Diante desse cenário, evidencia-se a necessidade de implementação de políticas públicas voltadas ao enfrentamento das vulnerabilidades sociais, justificando-se a presente aquisição como meio de amenizar o sofrimento da população em situação de risco social, por intermédio do fornecimento regular de cestas básicas.

3.3. A concessão do auxílio alimentação por meio de cestas básicas configura-se como medida emergencial e complementar às demais políticas de transferência de renda, não substituindo benefícios continuados, mas atuando como instrumento de proteção social imediata, destinado a atender situações de vulnerabilidade temporária, conforme avaliação técnica realizada pela equipe do CRAS.

3.4. A inexistência ou insuficiência do fornecimento de cestas básicas comprometeria a capacidade do Município em atender às demandas emergenciais da política de assistência social, podendo ocasionar agravamento das condições de vulnerabilidade das famílias atendidas, com reflexos diretos na saúde, no bem-estar e na dignidade dos usuários dos serviços socioassistenciais.

3.5. A aquisição das cestas básicas mostra-se essencial para assegurar a continuidade dos atendimentos socioassistenciais prestados pelo CRAS, garantindo respostas rápidas e eficazes às situações de risco social identificadas, bem como o cumprimento das normativas do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e da legislação municipal vigente.

3.6. Dessa forma, a presente demanda atende ao interesse público e encontra respaldo nos princípios da dignidade da pessoa humana, da eficiência administrativa e da proteção social, contribuindo para a redução das desigualdades sociais e para a promoção da segurança alimentar das famílias em situação de vulnerabilidade no Município de Capitão Leônidas Marques.

4. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO/JUSTIFICATIVA

4.1. Para o atendimento da necessidade identificada, a empresa a ser contratada deverá observar integralmente os requisitos técnicos, operacionais e legais necessários ao adequado dimensionamento da solução, conforme as informações e especificações constantes neste Estudo Técnico Preliminar.

4.2. Os produtos fornecidos deverão atender rigorosamente às especificações técnicas estabelecidas, não sendo aceitos itens em desacordo com as características, quantidades, qualidade ou condições definidas neste documento e em seus anexos.

4.3. Cada unidade de cesta básica deverá ser composta, no mínimo, pelos itens, especificações e quantidades descritos no **Quadro 5.1** deste documento, assegurando-se a padronização, a qualidade dos alimentos e o atendimento às necessidades básicas das famílias beneficiárias.

4.4. Considerando que o objeto da contratação consiste na aquisição de bens comuns, cujas especificações podem ser definidas de forma objetiva, e cujo critério de julgamento será o de menor preço, justifica-se a adoção do **Pregão Eletrônico** como modalidade de licitação, nos termos do **inciso XLI do art. 6º da Lei nº 14.133/2021**, por ser a modalidade obrigatória e mais adequada para assegurar a competitividade, a economicidade e a eficiência da contratação.



Município de Capitão Leônidas Marques

Estado do Paraná

CNPJ 76.208.834/0001-59

Fone: (45) 3286-8400 - Site: www.capitaoleonidasmarques.pr.gov.br - E-mail: pmcalema@caplmarques.com.br

CEP: 85790-000 - AV: Tancredo Neves, 502 - Capitão Leônidas Marques - Paraná

5. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

5.1. A aquisição se dará em **Lote único** com os seguintes itens:

ITEM	QUANT.	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	950	AÇÚCAR REFINADO - deverá ser fabricado de cana de açúcar livre de fermentação, isento de matéria terrosa, de parasitos e de detritos animais ou vegetais. Validade mínima de 3 meses da entrega. Embalagem de 5kg.	R\$ 21,38	R\$ 20.311,00
02	950	ARROZ PARBOILIZADO - tipo 1, longo, fino, constituídos de grãos inteiros isentos de sujidades, materiais estranho e mofos. Safra corrente e procedência nacional, embalagem plástica atóxica limpa não violados, resistentes que garantam a integridade do produto até o momento do consumo. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, informação nutricional, número do lote, data de validade, quantidade do produto. O produto deverá apresentar data de fabricação recente. Validade mínima de 3 meses da entrega. Embalagem de 5 kg.	R\$ 20,56	R\$ 19.532,00
03	950	CAFÉ EM PÓ - grão torrado e moído, aspecto, cheiro e sabor próprio, livre de fertilizantes, sujidades, parasitas/ larvas e detritos animais ou vegetais, acondicionados à vácuo, selo de qualidade no mínimo na categoria tradicional ou superior emitido pela ABIC - Associação Brasileira da indústria de café) ou comprovação das características mínimas de qualidade exigidas para o café por meio de outra certificação reconhecida ou laudo de análise emitido por laboratório especializado com nota de qualidade global mínima de 4.5 pontos ou melhor na escala sensorial do café. Validade mínima de 3 meses da entrega. Embalagem de 500 gramas.	R\$ 29,49	R\$ 28.015,50
04	950	FARINHA DE TRIGO - características: farinha de trigo tipo 1, com aspecto de pó fino, de cor branca, enriquecida com ferro e ácido fólico. Cada 100g deve fornecer, no mínimo, 4,2 mg de ferro e 150 mcg de ácido fólico obtido a partir de cereal limpo, desgerminado, isento de matéria prima terrosa, resíduos, bolor ou cheiro não característico e em perfeito estado de conservação. Embalagem deve estar intacta não poderá estar úmida, acondicionada em pacotes de 5kg. Deve apresentar rotulagem com registro no ministério da saúde prazo de validade: mínimo de 3 meses a partir da data da entrega. Embalagem de 5 kg	R\$ 18,01	R\$ 17.109,50
05	1.900	FEIJÃO PRETO - tipo 1, safra nova, grãos inteiros e são, aspecto brilhoso, liso, isento de material terroso, sujidades, pedras, fungos ou parasitas e mistura de outras variedades e espécies, embalagem em polipropileno atóxico, resistente, lacrado contendo 1 Kg com procedência nome do produto; grupo/classe/tipo de feijão; nome do produtor, localidade, registro e informação nutricional no rótulo. Prazo de validade mínimo de 3 meses, a contar a partir da data de entrega. Embalagem de 01 kg	R\$ 4,98 (Este item serão 2 unidades por cesta)	R\$ 9.462,00
06	950	FUBÁ - de primeira qualidade. Fubá mimoso de milho extra de primeira qualidade acondicionado em embalagem plástica. Integra, contendo a descrição das características do produto, com prazo de validade visível, 100% milho, enriquecido com ferro e ácido fólico (vitamina b9). Embalagem de 01 kg	R\$ 3,82	R\$ 3.629,00
07	950	LEITE EM PÓ INTEGRAL - em pacotes plásticos aluminizados, limpos não violados, resistentes, que garantam a integridade do produto até o momento do consumo. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, informação nutricional, número do lote, data de validade, quantidade do produto e número do registro. O produto deverá apresentar validade mínima de 3 meses a partir da data de entrega. Embalagem de 400 gramas	R\$ 16,73	R\$ 15.893,50
08	950	MACARRÃO DE SÊMOLA - tipo espaguete, deverá ser fabricado a partir de matérias-primas sãs e limpas, isentas de matérias terrosas, parasitas/ larvas. Embalagem contendo material puro, sem mistura com outros tipos de macarrão, de material plástico (polietileno) atóxico. Validade mínima de 3 meses da entrega. Embalagem de 01 kg	R\$ 7,62	R\$ 7.239,00



Município de Capitão Leônidas Marques

Estado do Paraná

CNPJ 76.208.834/0001-59

Fone: (45) 3286-8400 - Site: www.capitaoleonidasmarques.pr.gov.br - E-mail: pmcalema@caplmarques.com.br

CEP: 85790-000 - AV: Tancredo Neves, 502 - Capitão Leônidas Marques - Paraná

09	950	ÓLEO DE SOJA REFINADO – Óleo de soja de primeira qualidade, 100% natural, comestível, extrato refinado, limpo. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, número de lote, data de fabricação e de validade e quantidade do produto. Validade mínima de 3 meses da entrega. Garrafa PET com 900ml.	R\$ 8,17	R\$ 7.761,50
10	950	SAL REFINADO - Iodado, deve constar na embalagem: composição, registro, peso líquido e prazo de validade de no mínimo 3 meses a contar da data da entrega. Embalagem de 01 kg.	R\$ 2,66	R\$ 2.527,00
VALOR TOTAL ESTIMADO DAS CESTAS BÁSICAS:				R\$ 131.480,00

O VALOR DE REFERÊNCIA (VALOR DE BALIZA) DE CADA CESTA BÁSICA FOI APURADO A PARTIR DA PESQUISA DE PREÇOS INDIVIDUALIZADA DE CADA ITEM QUE A COMPÕE, CUJOS VALORES, APÓS SOMADOS, RESULTARAM NO MONTANTE R\$ 138,40 (CENTO E TRINTA E OITO REAIS E QUARENTA CENTAVOS) UNIDADE.

5.1.1. O aumento da quantidade estimada de cestas básicas, de 750 (setecentas e cinquenta) referente pregão realizado no ano de 2025, para 950 (novecentos e cinquenta) unidades, justifica-se pela ampliação da demanda por atendimentos socioassistenciais no nosso município, e nas solicitações em especial do benefício eventual – auxílio alimentação.

5.1.2. Ressalta-se que o contrato vigente no ano de 2025 foi objeto de aditivo contratual, em razão da insuficiência da quantidade inicialmente prevista para atender à totalidade das demandas identificadas ao longo do exercício, o que demonstra que a estimativa anterior mostrou-se aquém da realidade social enfrentada pelo Município. Dessa forma, a readequação quantitativa ora proposta fundamenta-se em dados concretos, históricos de atendimento e avaliações técnicas realizadas pela equipe do CRAS, garantindo maior aderência entre o planejamento da contratação e a efetiva necessidade da política pública de assistência social.

5.1.3. A ampliação para 950 (novecentos e cinquenta) cestas básicas visa assegurar a continuidade, regularidade e eficiência dos atendimentos, prevenindo desabastecimentos, evitando interrupções na concessão do benefício eventual e garantindo respostas rápidas às situações emergenciais vivenciadas pelas famílias acompanhadas. Ademais, a medida observa os princípios da eficiência, do interesse público e da dignidade da pessoa humana, bem como está alinhada às diretrizes do Sistema Único de Assistência Social – SUAS e à legislação municipal vigente.

5.1.4. Assim, o ajuste quantitativo mostra-se tecnicamente justificado, administrativamente necessário e socialmente indispensável para o adequado atendimento da população em situação de vulnerabilidade no Município.

5.2. JUSTIFICATIVA PARA A READEQUAÇÃO DO VALOR ESTIMADO NO PCA

5.2.1. A readequação do valor estimado de aproximadamente R\$ 100.000,00 (cem mil reais) para cerca de R\$ 130.000,00 (cento e trinta mil) decorre do redimensionamento da quantidade de cestas básicas e da atualização dos preços de referência, nos termos do art. 18, inciso II, da Lei nº 14.133/2021. O valor previsto no PCA é estimativo e visa assegurar adequada previsão orçamentária.

5.2.2. A contratação será realizada por meio de Pregão Eletrônico, pelo critério de menor preço, em lote único, o que amplia a competitividade e tende a gerar economia de escala. Conforme histórico de exercícios anteriores, o valor final contratado, poderá ser inferior ao estimado, em observância aos princípios da eficiência e da economicidade (art. 11 da Lei nº 14.133/2021).

5.3. OBSERVAÇÕES GERAIS:

5.3.1. As cestas básicas deverão ser fornecidas em **kits montados**, devidamente **embalados em fardos transparentes, resistentes e lacrados**, de modo a garantir a integridade, higiene e segurança dos produtos. Todos os itens que compõem as cestas deverão ser entregues em **embalagens originais de fábrica**, íntegras, sem violação, avarias ou sinais de deterioração.

5.3.2. Cada cesta básica será composta, **no mínimo**, pelos itens abaixo descritos, observadas rigorosamente as quantidades, especificações técnicas, padrões de qualidade e prazos de validade estabelecidos:

1. AÇÚCAR REFINADO

Quantidade: 01 pacote de 5 kg

Especificações: Fabricado a partir de cana-de-açúcar, livre de fermentação, isento de matéria terrosa, parasitas e detritos de origem animal ou vegetal. Produto de primeira qualidade, com validade mínima de 03 (três) meses a contar da data da entrega.

2. ARROZ PARBOILIZADO:

Quantidade: 01 pacote de 5Kg

Especificações: Tipo 1, grãos longos e finos, inteiros, isentos de sujidades, materiais estranhos, mofos ou odores estranhos. Produto de safra corrente e procedência nacional. Embalagem Plástica atóxica, limpa, resistente, não violada, contendo identificação do produto, procedência, informações nutricionais, número do lote, data de fabricação e validade. Com validade mínima: 03 (três) meses a contar da data da entrega.

3. CAFÉ EM PÓ:

Quantidade: 01 pacote de 500 gramas

Especificações: Café torrado e moído, com aspecto, aroma e sabor característicos, livre de fertilizantes, sujidades, parasitas, larvas e detritos. Acondicionado a vácuo. Qualidade deverá possuir selo de qualidade da ABIC, categoria tradicional ou superior, ou comprovação equivalente por meio de certificação reconhecida ou laudo de análise emitido por laboratório especializado, com nota mínima de 4,5 pontos na escala sensorial. Validade mínima: 03 (três) meses a contar da data da entrega.

4. FARINHA DE TRIGO:

Quantidade: 01 pacote de 5Kg

Especificações: Tipo 1, aspecto de pó branco e fino, enriquecida com ferro e ácido fólico (mínimo de 4,2 mg de ferro e 150 mcg de ácido fólico por 100 g), obtida de cereal limpo e desgerminado. Isenta de umidade, resíduos, bolor ou odor estranho. Embalagem: Íntegra, com rotulagem e registro no Ministério da Saúde. Validade mínima: 03 (três) meses a contar da data da entrega.

5. FEIJÃO PRETO:

Quantidade: 02 pacotes de 1Kg



Especificações: Tipo 1, safra nova, grãos inteiros,ãos, brilhosos e lisos, isentos de impurezas, fungos, parasitas, pedras ou mistura de outras variedades. Embalagem: Polipropileno atóxico, resistente, lacrado, com identificação completa no rótulo. Validade mínima: 03 (três) meses a contar da data da entrega.

6. FUBÁ:

Quantidade: 01 pacote de 1Kg

Especificações: Fubá mimoso de milho, produto de primeira qualidade, composto 100% de milho, enriquecido com ferro e ácido fólico (vitamina B9). Embalagem: Plástica íntegra, com identificação e validade visível. Validade mínima: 03 (três) meses a contar da data da entrega.

7. LEITE EM PÓ INTEGRAL:

Quantidade: 01 pacote de 400 gramas

Especificações: Produto integral, acondicionado em embalagem plástica aluminizada, limpa, resistente e não violada. Embalagem: Com identificação, procedência, informações nutricionais, número do lote, registro e validade. Validade mínima: 03 (três) meses a contar da data da entrega.

8. MACARRÃO DE SÊMOLA:

Quantidade: 01 pacote de 1 Kg

Especificações: Tipo espaguete, produzido a partir de matérias-primas sãs e limpas, isento de impurezas, parasitas ou larvas. Embalagem: Plástica atóxica, íntegra e lacrada. Validade mínima: 03 (três) meses a contar da data da entrega.

9. ÓLEO DE SOJA REFINADO:

Quantidade: 01 garrafa PET de 900 ml

Especificações: Produto refinado, 100% comestível, de primeira qualidade. Embalagem: Garrafa PET contendo identificação do produto, lote, data de fabricação, validade e quantidade. Validade mínima: 03 (três) meses a contar da data da entrega.

10. SAL REFINADO:

Quantidade: 01 pacote de 1 Kg

Especificações: Sal refinado iodado, conforme legislação sanitária vigente. Embalagem: Íntegra, contendo composição, registro, peso líquido e prazo de validade. Validade mínima: 03 (três) meses a contar da data da entrega.

6. DOS REQUISITOS TÉCNICOS NECESSÁRIOS AO ATENDIMENTO DA DEMANDA.

6.1. Não serão aceitos produtos que estejam em desacordo com as especificações técnicas, quantitativas e qualitativas estabelecidas no **Termo de Referência**, parte integrante do presente processo licitatório, devendo todos os itens atender integralmente aos padrões de qualidade exigidos.

6.2. A contratada deverá cumprir integralmente todas as obrigações legais, fiscais, trabalhistas, previdenciárias e comerciais decorrentes da execução do contrato, incluindo o recolhimento de tributos e o atendimento às normas de segurança e saúde aplicáveis, assumindo inteira responsabilidade por quaisquer ônus decorrentes do fornecimento. A comprovação da regularidade será exigida na forma prevista no edital.

6.3. O fornecimento das cestas básicas deverá observar rigorosamente os prazos, locais e condições de entrega estabelecidos, sendo de responsabilidade exclusiva da contratada a logística, o transporte e a entrega dos produtos, sem qualquer custo adicional para a Administração Pública.

6.4. Os produtos deverão ser entregues dentro do prazo de validade mínimo estabelecido no Termo de Referência, devidamente acondicionados, embalados e identificados, garantindo-se a integridade, a higiene e a segurança alimentar até o momento da entrega.

6.5. A contratada deverá assegurar que todos os produtos fornecidos estejam em conformidade com as normas sanitárias, de qualidade e de segurança alimentar vigentes, inclusive aquelas expedidas pelos órgãos de vigilância sanitária e demais entidades reguladoras competentes.

6.6. O fornecimento das cestas básicas deverá ocorrer de forma parcelada ou conforme demanda da Secretaria de Assistência Social e Cidadania, mediante solicitação formal, observando-se os limites quantitativos contratados.

7. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

I – Efetuar o pagamento à CONTRATADA, de acordo com as condições, prazos e critérios estabelecidos no edital, no contrato e na legislação vigente;

II – Proporcionar à CONTRATADA todas as condições necessárias para a regular execução do objeto contratado, disponibilizando as informações pertinentes e promovendo os meios indispensáveis ao seu cumprimento;

III – Exigir o fiel cumprimento do objeto contratado, adotando as providências necessárias quando o fornecimento não observar as condições, prazos ou especificações estipuladas no edital, no Termo de Referência e no contrato, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, quando for o caso;

IV – Designar formalmente servidor ou comissão pertencente ao quadro da CONTRATANTE para acompanhar, fiscalizar e atestar a execução do contrato, nos termos da Lei nº 14.133/2021;

V – Receber, conferir e atestar os produtos fornecidos, observando a conformidade com as especificações técnicas, quantidades e condições estabelecidas no contrato e no Termo de Referência;

VI – Comunicar formalmente à CONTRATADA quaisquer irregularidades verificadas na execução contratual, fixando prazo para correção ou substituição dos produtos, quando necessário;

VII – Fornecer as orientações necessárias quanto aos locais, datas e condições de entrega dos produtos, conforme a demanda da Secretaria de Assistência Social e Cidadania;

VIII – Zelar pela transparência e pela legalidade dos atos administrativos praticados no âmbito da execução contratual, assegurando o cumprimento das normas aplicáveis;



IX – Promover a aplicação das penalidades previstas no edital, no contrato e na legislação vigente, nos casos de inadimplemento ou descumprimento das obrigações assumidas pela CONTRATADA;

X – Cumprir todas as demais cláusulas e condições previstas no presente contrato, bem como as disposições legais e regulamentares aplicáveis.

8. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

I – Fornecer o objeto contratado em estrita conformidade com as especificações técnicas, quantidades, prazos e demais condições estabelecidas no edital, no Termo de Referência, no presente contrato e na proposta apresentada, garantindo a qualidade e a regularidade do fornecimento;

II – Responsabilizar-se integralmente por todos os ônus, encargos, tributos, taxas, emolumentos, honorários e demais despesas incidentes sobre o objeto contratado, bem como pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e acidentárias relativas aos empregados por ela alocados na execução do contrato, inclusive aquelas decorrentes de convenções, acordos ou dissídios coletivos;

III – Manter, durante toda a execução contratual, as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento licitatório, apresentando, sempre que solicitado pela CONTRATANTE, a documentação comprobatória da regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária, incluindo guias de recolhimento do FGTS e do INSS, bem como a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);

IV – Assegurar que seus empregados cumpram rigorosamente as normas de segurança e saúde do trabalho, observando a legislação vigente e fornecendo, quando aplicável, os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) adequados, responsabilizando-se por sua correta utilização;

V – Responder integralmente por quaisquer danos materiais, morais ou patrimoniais causados à CONTRATANTE e/ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo de seus empregados, prepostos ou representantes, verificados no curso da execução contratual, sem prejuízo das demais sanções administrativas e legais cabíveis;

VI – Reparar, substituir ou corrigir, às suas expensas, no prazo estabelecido pela CONTRATANTE, os produtos fornecidos que apresentarem vícios, defeitos, avarias ou quaisquer desconformidades com as especificações contratuais, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas;

VII – Executar o objeto contratado por seus próprios meios, sendo vedada a subcontratação total ou parcial, salvo nas hipóteses expressamente previstas no edital e no contrato, mediante prévia e formal autorização da CONTRATANTE;

VIII – Atender prontamente às solicitações e orientações da CONTRATANTE relacionadas à execução do contrato, prestando todas as informações necessárias ao acompanhamento e à fiscalização do fornecimento.

9. LEVANTAMENTO DO MERCADO.

9.1. Para fins de estimativa de custos e análise da solução mais adequada à Administração, foi realizado levantamento de preços por meio de consultas a sites eletrônicos especializados em contratações públicas, plataformas de domínio amplo e junto a fornecedores locais, em observância às boas práticas de orçamentação e às orientações dos órgãos de controle. Os valores obtidos foram submetidos à análise técnica, com vistas à apuração de preço médio compatível com os valores praticados no mercado, procedendo-se à exclusão de preços manifestamente inexequíveis ou excessivamente elevados.

9.2. O levantamento de mercado considerou produtos com especificações equivalentes às descritas no Termo de Referência, de modo a garantir a comparabilidade dos preços coletados e a adequação dos valores estimados à realidade do objeto a ser contratado.

9.3. Sempre que possível, priorizou-se a utilização de fontes diversas de pesquisa, com o objetivo de ampliar a base de dados analisada e reduzir o risco de distorções nos preços estimados, assegurando maior confiabilidade ao valor de referência adotado.

9.4. Os valores obtidos na pesquisa de mercado serviram como base para a definição do valor estimado da contratação, sendo utilizados exclusivamente para fins de planejamento e orçamentação, não constituindo compromisso da Administração quanto à contratação por tais valores.

9.5. O levantamento realizado demonstra a existência de oferta suficiente no mercado para o atendimento da demanda pretendida, indicando a viabilidade técnica e econômica da contratação, bem como a adequação da solução proposta aos princípios da economicidade, eficiência e interesse público.

9.6. A pesquisa de preços de mercado gerou uma expectativa de **R\$ 131.480,00 (cento e trinta e um mil quatrocentos e oitenta reais)**, para a contratação total.

9.7. Vale ressaltar que o valor serve de parâmetro para a composição de preços, tendo como base a média extraída das pesquisas realizadas, que estão anexadas a todo o processo do certame.

10. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

10.1. A presente contratação não será parcelada quanto ao objeto, tendo em vista a necessidade de assegurar a padronização e a equivalência na composição de cada cesta básica, garantindo uniformidade na qualidade e nos itens fornecidos aos beneficiários. Ademais, a contratação em lote único contribui para a otimização da logística, facilitando o recebimento, o controle e a posterior distribuição das cestas básicas pela Administração Municipal.

10.2. Ressalta-se, contudo, que o fornecimento ocorrerá de forma parcelada, mediante Autorização de Fornecimento, conforme a demanda do Departamento de Assistência Social, de modo a atender às necessidades identificadas ao longo da vigência contratual, sem prejuízo da eficiência administrativa e do adequado controle de estoque.

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTE

11.1. Existe contratação anterior com contrato atualmente vigente; contudo, este se encontra em fase final de execução, com saldo contratual reduzido e insuficiente para atender à demanda projetada para o período subsequente. A presente contratação não se caracteriza como interdependente, mas como necessária para garantir a continuidade do atendimento, evitando descontinuidade na



concessão do benefício eventual. Não há sobreposição de objetos, sendo a nova licitação destinada a suprir demanda futura, após o esgotamento do contrato em vigor.

12. RESULTADOS PRETENDIDOS.

12.1. Pretende-se alcançar o objetivo do Benefício Eventual – Auxílio Alimentação, assegurando o fornecimento de alimentos de primeira necessidade aos usuários atendidos pelo CRAS que se encontram em situação de vulnerabilidade social, de forma temporária e não contributiva, contribuindo para a redução da insegurança alimentar e para a mitigação do sofrimento enfrentado por essas famílias.

12.2. Busca-se, por meio da presente contratação, garantir a continuidade e a efetividade dos atendimentos socioassistenciais, possibilitando respostas rápidas e adequadas às demandas emergenciais identificadas pela equipe técnica do CRAS, em conformidade com as diretrizes do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

12.3. Para a Administração Pública, almeja-se a aquisição do objeto com preços compatíveis com o mercado, assegurando a qualidade dos produtos fornecidos, de modo a promover a economicidade, a eficiência e a adequada aplicação dos recursos públicos.

12.4. Pretende-se, ainda, fortalecer a gestão da política pública de assistência social, garantindo a padronização das cestas básicas, a transparência no processo de concessão do benefício eventual e o cumprimento das normativas legais e municipais vigentes.

12.5. Como resultado indireto, espera-se contribuir para a melhoria das condições mínimas de subsistência das famílias beneficiárias, promovendo dignidade, proteção social básica e a redução dos impactos sociais decorrentes da vulnerabilidade econômica no Município de Capitão Leônidas Marques.

13. PROVIDÊNCIAS PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO.

13.1. Não serão necessárias providências para a adequação do ambiente para receber as Cestas Básicas, pois os objetos serão entregues na unidade do CRAS do nosso município, que já possui local adequado para acondicionar os produtos que serão recebidos, além de as solicitações de fornecimento serão realizadas conforme a necessidade e nas quantidades necessárias para rápida distribuição.

14. PRAZOS DE ENTREGA E EXECUÇÃO:

14.1. Prazo de Entrega: As cestas básicas deverão ser entregues no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos, contados a partir do envio da Autorização de Fornecimento ou solicitação formal, encaminhada pela Secretaria de Assistência Social e Cidadania por meio de e-mail: licitacaoemasclm@gmail.com.

14.2. Forma de Solicitação: As solicitações de fornecimento serão realizadas de forma parcelada, conforme a demanda identificada pelo CRAS, podendo contemplar quantidades variáveis de cestas básicas em cada pedido, de acordo com a necessidade de atendimento das famílias em situação de vulnerabilidade social.

14.3. Local de Entrega: As cestas básicas deverão ser entregues no local indicado pela CONTRATANTE em cada Autorização de Fornecimento, dentro do território do Município de Capitão Leônidas Marques/PR, em horário previamente definido pela Secretaria competente.

14.5. Justificativa do Prazo: O prazo de entrega fixado justifica-se pela natureza emergencial do Benefício Eventual – Auxílio Alimentação, cujo objetivo é garantir atendimento célere às famílias que se encontrem em situação de insegurança alimentar, sendo imprescindível o fornecimento dos produtos no menor tempo possível.

15. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E TRATAMENTOS

15.1. A empresa contratada deverá observar, preferencialmente, no que couber, os critérios de sustentabilidade ambiental, para a prestação de serviços, no que concerne a:

- Economia no consumo de energia;
- Minimização da geração de resíduos e destinação final ambientalmente adequada dos que forem gerados;
- Racionalização do uso de matérias-primas;
- Redução da emissão de poluentes e de gases de efeitos estufa;
- Adoção de tecnologias menos agressivas ao meio ambiente;
- Utilização de produtos com origem ambiental sustentável comprovada;
- Utilização preferencialmente de mão de obra local;
- Preferência para materiais, tecnologias e matérias primas de origem local;

16. MATRIZ DE RISCOS

16.1. Risco 01: Licitação Deserta

Probabilidade: Baixa;

Impacto: Alto

Ação Preventiva: Obedecer ao princípio da publicidade, em dar devida divulgação do edital em sites eletrônicos especializados em processos licitatórios de expressivo acesso, além de praticar valores com base em pesquisas de mercado realizada com fornecedores locais, para que assim os valores sejam atualizados e praticáveis na nossa região.

16.2. Risco 02: Atraso na entrega de materiais

Probabilidade: Média

Impacto: Alto

Ação Preventiva: Manter um estoque suficiente, baseado em histórico de atendimentos realizados no mesmo período dos anos anteriores para que seja possível a manutenção

Ação de Contingência: Exigir que a contratada respeite os prazos determinados providencie se a substituição dos materiais caso necessário.

16.3. Risco 03: Produtos fora das especificações e/ou fora da data de validade.



Município de Capitão Leônidas Marques

Estado do Paraná

CNPJ 76.208.834/0001-59

Fone: (45) 3286-8400 - Site: www.capitaoleonidasmarques.pr.gov.br - E-mail: pmcalema@caplmarques.com.br

CEP: 85790-000 - AV: Tancredo Neves, 502 - Capitão Leônidas Marques - Paraná

Probabilidade: Baixo

Impacto: Alto

Ação Preventiva: estabelecimento normas rígidas a serem seguidas pelos fornecedores e conferência de cada item no recebimento para que seja avaliada a conformidade dos itens entregues.

Ação de Contingência: Exigência de troca imediata de itens que não estejam em conformidade com as especificações.

17. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

17.1. Trata-se, portanto, de contratação que se demonstra dentro da razoabilidade e com viabilidade técnica, socioeconômica e ambiental de aquisição, justificando com base nos elementos colhidos durante o estudo preliminar.

18. ANEXOS

I - Termo de Referência;

II - Pesquisas de Preços

19. RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO DO ETP

Andrea Olinda de Oliveira Torales Mattos
Agente de Administração

Kauany Damião Gomes
Agente de Administração

ANEXO II

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 013/2026.

MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

(Uso obrigatório por todas as licitantes)

(Preferencialmente em papel timbrado da licitante)

A empresa, estabelecida na (endereço completo, telefone, endereço eletrônico, se houver), inscrita no CNPJ sob nº neste ato representada por, cargo, RG/CPF (endereço), vem por meio desta, apresentar Proposta de Preços ao Edital de Pregão Eletrônico nº .../... em epígrafe que tem por objeto a aquisição de xxx conforme segue:

1. Discriminação detalhada do objeto, atendendo as características arroladas, bem como marca/modelo(se houver):

*** Havendo qualquer discordância entre a descrição do CATMAT e a do Edital, PREVALECERÁ a descrição constante no Edital.**

* NA PROPOSTA DEVERÁ CONSTAR O OBJETO DE FORMA INTEGRAL, SOB PENA DE DESCLASSIFICAÇÃO DA PROPOSTA

2. Preço para fornecimento do objeto da presente licitação (unitário e total devidamente especificados), com até duas casas decimais (0,00).

2.1. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$0,02 (dois centavos)** para os itens nº 5, 6, 8, 9 e 10; e de **R\$0,10 (dez centavos)** para os itens nº 1, 2, 3, 4 e 7.

3. Prazo de validade da Proposta não inferior a 60 (SESENTA) dias, contados da data da abertura do Processo.

4 . Prazo de entrega do objeto.

5. Data, Carimbo e assinatura do Representante Legal da proponente;

DECLARAÇÕES:

A - A proponente declara conhecer os termos do instrumento convocatório que rege a presente licitação.

B - A proponente declara que os produtos, estão devidamente registrados no órgão competente e atendem às normas de controle de qualidade.

C - A proponente declara que o preço proposto contempla todas as despesas necessárias ao pleno fornecimento, tais como os encargos (obrigações sociais, impostos, taxas etc.), incidentes sobre o objeto deste certame.

D - A proponente declara estar ciente que prevalecerá a descrição do objeto do anexo I do Edital, caso haja discordância com a do CATMAT.

Caso haja dúvida ou ainda para mais informações, estas poderão ser encaminhadas por e-mail licitacaoclm@hotmail.com e/ou telefone na CPL fones: 3286-8424/8407, em horário de expediente (07:45 às 11:45 e 13:30 às 17:30).

..... de de

Nome/ cargo / assinatura do Representante Legal



Município de Capitão Leônidas Marques

Estado do Paraná

CNPJ 76.208.834/0001-59

Fone: (45) 3286-8400 - Site: www.capitaoleonidasmarques.pr.gov.br - E-mail: pmcalema@caplmarques.com.br

CEP: 85790-000 - AV: Tancredo Neves, 502 - Capitão Leônidas Marques - Paraná

ANEXO III

DECLARAÇÕES UNIFICADAS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº xxx/2026.

PROPONENTE.....

ENDEREÇO:.....

CNPJ/MF: FONE: (0xx.....)

Declaramos para os fins de direito, na qualidade de proponente do procedimento licitatório instaurado pela Prefeitura do Município de Capitão Leônidas Marques, que:

- a) **Não fomos declarados inidôneos** para licitar ou contratar com o Poder Público, em qualquer de suas esferas.
- b) Estamos cientes e concordamos com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório.
- c) Não empregamos menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal](#).
- d) Não possuímos empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#).
- e) **Não possuímos pessoas em nosso quadro societário (contrato social, estatuto social), impedidas de contratar com o Município de Capitão Leônidas Marques-PR** nos termos do artigo 130 da Lei Orgânica c/c com o artigo 14 da Lei 14.133/21 e PREJULGADO nº 9 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.
- f) Cumprimos as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- g) Estamos sob o **regime de microempresa ou empresa de pequeno porte**, para efeito do disposto na Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006. **SIM** () **NÃO** ().

....., de de 2026.

Assinatura e Identificação do Responsável Legal e da Empresa

RG/CPF:



Município de Capitão Leônidas Marques

Estado do Paraná

CNPJ 76.208.834/0001-59

Fone: (45) 3286-8400 - Site: www.capitaoleonidasmarques.pr.gov.br - E-mail: pmcalema@caplmarques.com.br

CEP: 85790-000 - AV: Tancredo Neves, 502 - Capitão Leônidas Marques - Paraná

ANEXO IV

PREGÃO ELETRÔNICO Nº xxx/2026.

DECLARAÇÃO CONTENDO INFORMAÇÕES PARA FINS DE ASSINATURA DO CONTRATO

1 – DA EMPRESA PROPONENTE:

Nome empresarial _____

Rua _____ nº _____

Bairro _____ CEP _____

Cidade _____ Estado _____

CNPJ nº _____

Conta Corrente nº _____ Agência _____ Banco _____

Inscrição Estadual nº _____ Inscrição Municipal/ISS (alvará) nº _____

Telefone _____ Fax _____

Contador da empresa _____ Telefone _____

2 - DO REPRESENTANTE LEGAL AUTORIZADO PARA ASSINATURA DO CONTRATO:

Nome _____

Função _____

Data de Nascimento _____ Estado Civil _____

Escolaridade _____ RG nº _____ Órgão emissor _____

CPF _____

Rua _____ nº _____

Bairro _____ Complemento _____ Cidade _____

Estado _____ CEP _____ Telefone _____

Fax _____ Celular _____ E-mail _____

Local e data: ____/____/____/2026.

**Assinatura e Identificação do
Responsável Legal e da Empresa**



ANEXO V

CONTRATO DE xxxxxxxxxxxx Nº xxx/2026.

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021

Ref. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 013/2026.

CONTRATANTE: **MUNICÍPIO DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES**, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, situada na Av. Tancredo Neves, 502, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ sob n.º 76.208.834/0001-59, neste ato devidamente representado por seu Prefeito Municipal, Senhor **MAXWELL SCAPINI**, em pleno exercício de seu mandato e funções, e;

CONTRATADA: xxxxxxxxxxxx sita xxxxxxxx, xx, xxxxx, Município de xxxxxxxx, Estado xxxxxxxx, inscrita no CNPJ sob n.º xxxxxxxxxxxx, neste ato devidamente representada por xxxxxxxxxxxx, portadora do CPF sob n.º xxxxxxxxxxxx.

- Pactuam o presente contrato, que se regerá pelo que dispõe o Edital em consideração, em conformidade com as disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

- Ficam integrados a este Contrato, independente de transcrição, os seguintes documentos cujos teores são de conhecimento da CONTRATADA: O Edital da Licitação; O Termo de Referência; O Estudo Técnico Preliminar, A Proposta do contratado; Eventuais anexos dos documentos supracitados.

- Será incorporada a este contrato, mediante TERMOS ADITIVOS, qualquer modificação, que venha a ser necessária durante a sua vigência, decorrente das obrigações assumidas pela CONTRATADA, alterações, especificações, prazos ou normas gerais da CONTRATANTE.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente Termo tem como objeto a aquisição de gêneros alimentícios de primeira necessidade, para composição de 950 (novecentos e cinquenta) unidades de cestas básicas eventuais, com a finalidade de atender famílias em situação de vulnerabilidade social que são atendidas pelo CRAS – Centro de Referência de Atendimento Social e cadastradas no CADUNICO, em conformidade com os critérios estabelecidos nas Leis Municipais nº 2059/2014 e nº 2.259/2017, em atendimento a solicitação nº 021/2026 da Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania e conforme especificações, quantidade estimada e condições estabelecidas no descritivo constante no Termo de Referência/Anexo I.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO, REAJUSTE E DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

2.1. Fica ajustado o valor total do presente Contrato em R\$ xxxxxxxx, para o fornecimento dos itens n.º xxxxxxxxxxxx.

2.1.1. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes do fornecimento do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

2.2. REAJUSTE:

2.2.1. Durante a vigência do Contrato, os valores registrados não serão reajustados.

2.2.2. Somente poderá haver reajuste após 12 (doze) meses da assinatura do contrato e /ou do último ajuste;

2.2.3. No caso de haver prorrogação de prazo, após doze meses, o reajuste poderá ser efetuado de acordo com as variações do IPCA –Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo.

2.2.4. Compete a Contratada a iniciativa e o encargo do cálculo minucioso de cada reajuste a ser aprovado pela Contratante, juntando-se o respectivo memorial de cálculo do reajuste.

2.2.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor, e que possa ser aplicado ao objeto.

2.3. REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO

2.3.1. Para o restabelecimento da equação, deve a Contratada DEMONSTRAR a ocorrência das hipóteses que condicionam o pedido de ajuste, mediante protocolo, acompanhado de documentação idônea.

2.3.2. Não será liberado reequilíbrio econômico financeiro **decorrentes de inflação**, que não configurem área econômica extraordinária, **tampouco fato previsível**.

2.3.3. Os pedidos de reequilíbrio econômico financeiro de valores deverão ser encaminhados no e-mail compras@caplmarques.com.br.

2.3.4. Os valores recompostos somente serão repassados após a assinatura, devolução do Termo assinado (conforme o caso) e publicação do Termo de Aditamento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO FORNECIMENTO

3.1. Prazo de entrega:

3.1.1. As cestas básicas deverão ser entregues no prazo máximo de **05 (cinco) dias corridos**, contados a partir do envio da Autorização de Fornecimento, encaminhada pela Secretaria Municipal competente por meio do e-mail oficial licitacaoemasclm@gmail.com.

3.1.2. As entregas poderão ocorrer em quantidades variáveis, conforme a demanda e a necessidade de atendimento às famílias assistidas, durante toda a vigência contratual de 12 (doze) meses.



3.2.Local e condições de entrega:

3.2.1. As cestas básicas deverão ser entregues conforme item 3.6 ou em caso de mudança do local da entrega será previamente indicado pela CONTRATANTE, devendo estar **devidamente acondicionadas em embalagens ou fardos resistentes**, adequados ao transporte e armazenamento, de modo a evitar a deterioração dos alimentos.

3.2.2. Os produtos deverão estar protegidos contra umidade, insetos, poeira e quaisquer agentes que comprometam sua qualidade, sem que isso gere qualquer ônus adicional à Administração Pública.

3.3.Prazo para substituição de bens rejeitados:

3.3.1. Na hipótese de rejeição total ou parcial dos produtos entregues, a CONTRATADA deverá providenciar a **substituição no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos**, contados da comunicação formal da rejeição.

3.4.Prazo de recebimento definitivo:

3.4.1. O recebimento definitivo do objeto ocorrerá no prazo de até **10 (dez) dias corridos**, contados da data da entrega, após verificação da conformidade dos produtos com as especificações previstas no Termo de Referência.

3.5.Prazo de pagamento:

3.5.1. O pagamento será efetuado em até **30 (trinta) dias**, contados a partir da apresentação da Nota Fiscal devidamente atestada pelo responsável do setor competente, já incluídos todos os tributos, encargos e demais despesas incidentes.

3.6.Local, horário e endereço de entrega:

Secretaria de Assistência Social e Cidadania, localizado na Avenida: Travessa José Magnabosco, 486, Centro, 85790-007, Capitão Leônidas Marques-Pr
Horários: 8:00 às 11:30/13:30 às 17:00 horas.

CLÁUSULA QUARTA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO, DA COMPENSAÇÃO E PENALIZAÇÃO

4.1. O Município de Capitão Leônidas Marques-PR, se compromete a efetuar o pagamento, conforme a entrega, em até 30 (trinta) dias da apresentação de nota fiscal no Departamento de Compras Municipal, identificada com o número da licitação e do contrato de fornecimento através de depósito bancário (Conta Jurídica).

A nota fiscal, deverá estar acompanhada das certidões negativas do FGTS, Trabalhista, Municipal e Federal "Unificada", devidamente válidas, para que seja efetuado o pagamento;

A Nota Fiscal deverá ser emitida em nome do Município de Capitão Leônidas Marques, inscrito no CNPJ sob o n.º 76.208.834/0001-59, com sede no Paço Municipal Arnaldo F. Busato, situado na Av. Tancredo Neves, 502, Centro.

A Contratada deverá encaminhar junto à Nota Fiscal ou Fatura, documento informando a Agência Bancária e o número da Conta jurídica a ser depositado o pagamento. Não será aceita a emissão de boletos bancários para efetuar o pagamento das Notas Fiscais e/ou Faturas.

A ser enviada física e por e-mail (compras2@caplmarques.com.br).

4.1.1.A Retenção do Imposto de Renda ocorrerá na fonte, conforme NATUREZA DO BEM FORNECIDO OU DO SERVIÇO PRESTADO em atendimento a L.N nº 1234/2012 e L.N 2145/2023 e demais informações e obrigações instituídas por atos normativos – RFB- Receita Federal do Brasil (Art. 4º do Decreto 271/2023 de 31.08/2023);

4.1.2.Os prestadores de serviços e fornecedores de bens deverão emitir os documentos fiscais em observância as regras dispostas na Instrução Normativa nº 1.234, de 2012 e suas alterações, da Receita Federal do Brasil, **destacando o valor a ser retido**, a título de informação, sob pena de não aceitação do documento apresentado; (Art. 3º do Decreto 271/2023 de 31.08/2023)

§ 1º - Documentos fiscais que não estiverem em conformidade com disposto na Instrução Normativa nº 1.234 de 11 de janeiro de 2012 e alterações, serão notificados, não ocorrendo as devidas correções, fica autorizado a retenção automática, com base nos anexos que integram a L.N 1234/2012 e alterações.

4.1.3.As pessoas jurídicas não sujeitas as retenções conforme artigo 4º da Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, alterada pela Instrução Normativa RFB nº 2145/2023 e demais Instruções complementares da RFB **deverão informar conforme os critérios de enquadramentos**. (Art. 2º do Decreto 271/2023 de 31.08/2023)

4.1.4.O pagamento efetuado não isentará o fornecedor das responsabilidades decorrentes do fornecimento.

4.2.Caso a empresa contratada seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições (SIMPLES), instituído pela Lei nº 9.317/96, deverá apresentar cópia autenticada do "Termo de Opção pelo Simples", juntamente com a nota fiscal ou fatura. Não sendo optante, será efetuada a retenção na forma da Instrução Normativa Conjunta SRF/STN/SFC nº 23, de 02/03/2001.

4.3.Havendo atraso de pagamento dos créditos resultantes da prestação dos serviços, será acrescido ao valor da respectiva Nota Fiscal, o equivalente 0,1% (zero um por cento) por dia útil de atraso.

CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1. As despesas decorrentes desta contratação correrão à conta dos recursos específicos consignados no orçamento da Prefeitura Municipal:

* 437 – 10.003.08.245.1031.2188.3.3.90.32.00.



CLÁUSULA SEXTA – ATRIBUIÇÕES GERAIS E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

6.1. Atender a todas as solicitações de fornecimento efetuadas durante a vigência do Contrato, observados os quantitativos máximos previstos para cada item;

6.2. Fornecer o objeto de acordo com as especificações constantes no Edital, em consonância com a proposta apresentada e com as normas legais vigentes, observando, especialmente:

6.2.1. Pontualidade na entrega: responsabilizar-se integralmente pela entrega dos produtos nos prazos e horários estabelecidos no Termo de Referência, devendo eventuais atrasos ser comunicados imediatamente à CONTRATANTE, acompanhados de justificativa formal e indicação das medidas corretivas adotadas;

6.2.2. Descarregamento adequado: realizar o descarregamento das cestas básicas no local designado pela CONTRATANTE, de forma eficiente e segura, assegurando a integridade das embalagens e dos produtos nelas contidos;

6.3. Responsabilizar-se pela boa execução, qualidade e eficiência no fornecimento do objeto contratado;

6.4. Reparar, corrigir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, os produtos em que se verifiquem danos decorrentes do transporte ou do fornecimento em desacordo com as especificações;

6.5. Providenciar a imediata correção das irregularidades ou deficiências apontadas pela CONTRATANTE quando da entrega dos produtos;

6.6. Apresentar, sempre que solicitado, documentos que comprovem a procedência dos produtos fornecidos, bem como amostras para análise da Administração, sem qualquer ônus adicional;

6.7. Não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto do Contrato;

6.8. Manter, durante toda a vigência do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento licitatório;

6.9. Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos, materiais ou pessoais, causados à Administração ou a terceiros, por seus empregados ou prepostos, decorrentes de imperícia, negligência, imprudência ou descumprimento das normas de segurança;

6.10. Arcar com todas as despesas decorrentes da execução do objeto contratado, inclusive aquelas de natureza previdenciária, fiscal, trabalhista, civil ou quaisquer outros encargos e emolumentos incidentes;

6.11. Ainda que não seja a fabricante da matéria-prima utilizada, responder integral e solidariamente pela qualidade e idoneidade dos produtos fornecidos, obrigando-se a substituí-los, às suas expensas, no todo ou em parte, quando constatados vícios, defeitos ou incorreções decorrentes da fabricação ou do transporte, inclusive mediante análise laboratorial;

6.12. Manter endereço eletrônico (e-mail) válido e ativo para fins de comunicação com a CONTRATANTE durante todo o período de vigência contratual, comunicando imediatamente qualquer alteração;

6.13. Responsabilizar-se integralmente pelo objeto contratado, observando rigorosamente a legislação vigente, as exigências contratuais, as especificações técnicas e demais disposições constantes no Termo de Referência;

6.14. Cumprir e fazer cumprir, quando aplicável, por seus empregados e prepostos, as normas e orientações da CONTRATANTE;

6.15. Acatar as determinações, orientações e observações expedidas pela fiscalização da CONTRATANTE relativas à execução do objeto;

6.16. Não transferir, no todo ou em parte, o objeto do contrato, salvo nas hipóteses expressamente previstas no instrumento convocatório;

6.17. Adotar, imediatamente após o recebimento da autorização para início da execução contratual, todas as providências necessárias ao cumprimento do avençado, comunicando tempestivamente qualquer fato que possa impedir ou comprometer o fornecimento;

6.18. Assumir inteira responsabilidade por todas as obrigações sociais, fundiárias, previdenciárias, tributárias ou de qualquer outra natureza, que decorram direta ou indiretamente do fornecimento do objeto contratado.

CLÁUSULA SETIMA - ATRIBUIÇÕES GERAIS E RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE

7.1. Promover o acompanhamento e a fiscalização da execução do fornecimento e/ou da prestação dos serviços, sob os aspectos qualitativo e quantitativo, registrando em documento próprio eventuais falhas identificadas e determinando a adoção das medidas corretivas necessárias;

7.2. Rejeitar, no todo ou em parte, o objeto entregue em desacordo com as especificações estabelecidas no Edital, no Termo de Referência e no Contrato;



7.3. Efetuar o pagamento à Contratada de acordo com as condições, prazos e forma de pagamento estipulados no instrumento convocatório e no Contrato;

7.4. Zelar para que, durante toda a vigência do Contrato, sejam cumpridas as obrigações assumidas pela Contratada, bem como mantidas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo licitatório;

7.5. Aplicar as sanções administrativas cabíveis, nos termos da legislação vigente, do Edital e do Contrato, quando constatadas irregularidades;

7.6. Prestar à Contratada as informações e os esclarecimentos necessários à adequada execução do objeto, sempre que solicitados;

7.7. Cumprir e fazer cumprir as demais condições, obrigações e disposições constantes do Edital de licitação, do Termo de Referência e do Contrato.

CLÁUSULA OITAVA - VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

8.1. O prazo de vigência do contrato é de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por interesse das partes, com base no artigo 105, Lei nº 14.133/2021.

8.2. Eventual prorrogação de vigência será formalizada através de Termo de Aditivo Contratual, respeitadas as condições prescritas em lei.

8.3. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA NONA - DAS CAUSAS DE EXTINÇÃO E RESCISÃO DO CONTRATO

9.1. Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as situações previstas no Art. 137 da Lei nº 14.133 de 01 de Abril de 2021 e demais pertinentes a espécie.

CLÁUSULA DECIMA – DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

10.1. O descumprimento de quaisquer das cláusulas ou obrigações diretas ou indiretas decorrentes do edital e seus anexos poderá ensejar a aplicação das penalidades previstas nos artigos 155, 156 e 162 da Lei Federal nº 14.133/2021 ao Licitante/Contratado.

10.1.1. Em caso de multa: A sanção será 20% (vinte por cento) do valor do contrato e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei 14.133/21.

10.1.2. Quanto à suspensão temporária ou impedimento de licitar previsto acima será a seguinte:

- A sanção será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 da Lei 14.133/21, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

10.1.3. A Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar acima será a seguinte: - A sanção será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei 14.133/21, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º do art. 156 da referida lei, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – ALTERAÇÕES

12.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

12.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

12.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

13.1. Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida



subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

13.2. Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

- a) “prática corrupta”: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
- b) “prática fraudulenta”: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;
- c) “prática conluída”: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
- d) “prática coercitiva”: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.
- e) “prática obstrutiva”: (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista acima; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

14.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

14.2. A Secretaria de Assistência Social e Cidadania irá acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e as obrigações da contratada, aos quais competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato.

14.3. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade do contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade no serviço prestado.

14.4. Fica designada como Fiscal do Contrato, Ana Paula Neves Capeleti, que irá acompanhar ou fiscalizar a execução do Contrato e as obrigações da Contratada, e poderá solicitar correção de eventuais falhas ou irregularidades que forem verificadas, as quais, deverão ser sanadas no prazo estipulado, sob pena de comunicação oficial à CONTRATADA, para aplicação das penalidades previstas.

14.5. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

14.6. Durante a vigência, esta contratação terá como gestor do contrato, Paula de Borba Julião, Secretária de Assistência Social e Cidadania, à qual compete administrar todo o contrato desde a sua assinatura até o encerramento com a entrega dos serviços e devido pagamento.

14.7. Gestor:

Nome: Paula de Borba Julião
Cargo: Secretária de Assistência Social e Cidadania
Matrícula: 124327-1
E-mail: semas.clm@hotmail.com

14.8. Fiscal:

Nome: Ana Paula Neves Capeleti
Cargo: Agente de Administração
Matrícula: 124301-1
E-mail: licitacaoesemasclm@gmail.com

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – SUBCONTRATAÇÃO

15.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS

16.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO

17.1. Para a solução de qualquer controvérsia oriunda do presente contrato e que não seja dirimida por acordo, as partes se submetem, incondicional e irrevogavelmente, ao foro da cidade de Capitão Leônidas Marques - PR.

E, para firmeza e validade do que aqui ficou estipulado, lavra-se o presente termo em 2 (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e



Município de Capitão Leônidas Marques

Estado do Paraná

CNPJ 76.208.834/0001-59

Fone: (45) 3286-8400 - Site: www.capitaoleonidasmarques.pr.gov.br - E-mail: pmcalema@caplmarques.com.br

CEP: 85790-000 - AV: Tancredo Neves, 502 - Capitão Leônidas Marques - Paraná

achado conforme, é assinado pelas partes contratantes e pelas testemunhas abaixo nomeadas.

Local e data, de de 2026.

ASSINAM:

CONTRATANTE

CONTRATADA

TESTEMUNHAS: